

Versão para consulta pública

VOLUME II  
Planejamento e Programas de Gestão

<b>Sumário</b>	<b>Páginas</b>
12. Missão da Unidade de Conservação.....	6
13. Visão de futuro da Unidade de Conservação.....	7
14. Zoneamento.....	8
14.1. Setorização.....	8
14.2. Zona de Amortecimento.....	11
14.2.1. Caracterização do entorno da RDS-Piagaçu Purus.....	12
14.2.2. Delimitação da zona de amortecimento da RDS-PP.....	15
14.3. O processo de zoneamento.....	18
14.4. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos da região norte da RDS-PP.....	21
14.5. Regras gerais de utilização da RDS Piagaçu-Purus.....	53
15. Estratégia Geral de Gestão.....	63
16. Programas de Gestão.....	68
16.1 Programa de Zoneamento.....	68
16.2 Programa de Conhecimento.....	74
16.2.1 Subprograma de Pesquisa.....	74
16.2.2 Subprograma de Monitoramento Ambiental.....	74
16.3 Programas de Uso Público.....	96
16.3.1 Subprograma de Recreação.....	96
16.3.2 Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental.....	96
16.3.3 Subprograma de Divulgação.....	96
16.4 Programa de Manejo do Meio Ambiente.....	101
16.4.1 Subprograma de Manejo dos Recursos.....	101

16.4.2 Subprograma de Proteção.....	101
16.5 Programa de Apoio às Comunidades.....	116
16.5.1 Subprograma de Apoio à Organização Social.....	116
16.5.2 Subprograma de Geração de Renda.....	116
16.5.3 Subprograma de Melhoria da Qualidade de Vida.....	116
16.6 Programa de Operacionalização.....	131
16.6.1 Subprograma de Regularização Fundiária.....	131
16.6.2 Subprograma de Administração e Manutenção.....	131
16.6.3 Subprograma de Infra-Estrutura e Equipamentos.....	131
16.6.4. Subprograma de Cooperação e Articulação Institucional.....	131
17. Sistema de Monitoramento e Avaliação.....	138
18. Cronograma de Implementação dos Programas de Gestão.....	138
19. Referência Bibliográficas.....	138
Anexos Volume II.....	142

versão para consulta pública

## Lista de Figuras e Tabelas:

Figura 1	Oficina participativa realizada na Comunidade de Arumã com a participação de moradores de diferentes comunidades. Trabalho em grupo para a discussão da missão da reserva.....	7
Figura 2	Divisão dos sete setores na RDS Piagaçu-Purus.....	10
Figura 3	Área da RDS-PP e a característica de seu entorno.....	14
Figura 4	Zona de amortecimento da RDS-PP baseada nas bacias de drenagem e no entorno de 10 quilômetros definido pela resolução CONAMA 13/1990.....	17
Figura 5	Mapa do zoneamento segundo a classificação do roteiro.....	24
Figura 6	Representação das medidas das malhas em redes de pesca.....	26
Figura 7	Zoneamento aquático no setor Ayapuá.....	33
Figura 8	Zoneamento aquático no setor Uauaçu.....	38
Figura 9	Zoneamento aquático no setor Caua-Cuiuanã.....	45
Figura 10	Zoneamento aquático no setor Itapuru.....	52
Figura 11	Proposta de expansão dos limites da RDS-PP.....	66
Tabela 1	Descrição das características peculiares de cada um dos setores estabelecidos na RDS Piagaçu-Purus e suas respectivas áreas em km <sup>2</sup> .....	9
Tabela 2	Limites geográficos da área de amortecimento da RDS-PP.....	18
Tabela 3	Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Ayapuá na região norte da RDS-PP.....	27
Tabela 4	Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Uauaçu na região norte da RDS-PP.....	34
Tabela 5	Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor	39

	Caua-Cuiuanã na região norte da RDS-PP.....	
	Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor	
Tabela 6	Itapuru na região norte da RDS-PP.....	46
	Marcos geográficos delimitando os limites da proposta de	
Tabela 7	expansão da RDS-PP.....	67
Tabela 8	Programa de Zoneamento.....	69
Tabela 9	Subprograma de Pesquisa.....	75
Tabela 10	Subprograma de Monitoramento Ambiental.....	87
Tabela 11	Subprograma de Recreação.....	97
Tabela 12	Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental.....	99
Tabela 13	Subprograma de Divulgação.....	100
Tabela 14	Subprograma de Manejo dos Recursos.....	102
Tabela 15	Subprograma de Proteção.....	112
Tabela 16	Subprograma de Apoio à Organização Social.....	117
Tabela 17	Subprograma de Geração de Renda.....	121
Tabela 18	Subprograma de Melhoria da Qualidade de Vida.....	125
Tabela 19	Subprograma de Regularização Fundiária.....	132
Tabela 20	Subprograma de Administração e Manutenção.....	133
Tabela 21	Subprograma de Infra-Estrutura e Equipamentos.....	134
Tabela 22	Subprograma de Cooperação e Articulação Institucional	136
Tabela 23	Marcos proposta de expansão RDS-PP.....	142
Tabela 24	Marcos zona de amortecimento RDS-PP.....	143

## 12. Missão da Unidade de Conservação

Segundo o Artigo 21 do Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC) uma RDS tem como principal objetivo preservar a natureza e assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria na qualidade de vida das comunidades tradicionais ali viventes. A existência desta área baseia-se no desenvolvimento de práticas sustentáveis de utilização de recursos naturais que tem importante papel na manutenção da diversidade biológica da região em questão.

Quando da apresentação da proposta de criação de RDS-PP na consulta pública ocorrida em abril de 2003, a comunidade consultada já expressava suas expectativas quanto à criação da reserva. Seus moradores apoiaram a proposta de criação desta unidade no anseio de alcançarem melhores condições de vida e que estas pudessem ser estendidas aos seus futuros descendentes. Ao longo desses 6 anos de existência da reserva, a presença mais assídua do co-gestor e gestor contribuiu significativamente para clarear o entendimento por parte dos comunitários sobre o principal objetivo de uma RDS. O nível de participação comunitária inevitavelmente é aprimorado à medida que esclarecimentos vão sendo feitos e assimilados por seus moradores. Aliado a isto, os estudos biológicos desenvolvidos até o presente momento evidenciando fragilidades ou mesmo ameaças de grupos animais e vegetais e os levantamentos das potencialidades da região configuram o cenário do meio ambiente que precisa também ser entendido e levado em consideração para que a meta maior da reserva seja realmente atingida.

A missão da reserva é, portanto, cada vez mais entendida e compartilhada entre seus moradores que se reconhecem como elemento fundamental no processo de gestão dos recursos naturais da região.

Na oficina realizada na RS-PP para a definição da missão construída pelos moradores, foi adotada a metodologia participativa que constou na elaboração das seguintes perguntas:

1. Qual o objetivo da reserva?
2. Por que ela foi criada?
3. O que ela tem de bom?

#### 4. Para que serve a reserva?

Os comunitários foram divididos em grupos que trabalharam na elaboração das respostas (Anexo 14), sendo posteriormente convidados a apresentarem em plenária seus resultados (Figura 1). O entendimento geral de todos os grupos pode ser sintetizado na seguinte definição:

“A RDS-PP TEM COMO MISSÃO PRESERVAR A NATUREZA E OS RECURSOS NATURAIS DE FLORA E FAUNA, CONSERVANDO A NATUREZA PLENA E GARANTINDO A PERPETUAÇÃO DESSES RECURSOS, QUE ESTES POSSAM SER UTILIZADOS PELOS SEUS MORADORES E USUÁRIOS DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, PROMOVEDO-LHES MELHORIA QUANTO AOS SEUS MODOS DE VIDA, SUAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E GARANTINDO-LHES O DIREITO À DIGNIDADE E AO EXERCÍCIO DE SUAS CIDADANIA”.



Figura 1. Oficina participativa realizada na Comunidade de Arumã com a participação de moradores de diferentes comunidades. Trabalho em grupo para a discussão da missão da reserva.

### 13. Visão de futuro da Unidade de Conservação

Com base na missão a que cabe a reserva, os moradores da RDS-PP crêem em um cenário otimista para região daqui a 20 anos. Eles sabem, contudo, que o sucesso da implementação da reserva depende de inúmeros fatores. O nível de envolvimento e participação social é crucial na tomada de decisões políticas de gestão da unidade, da presença constante de órgãos gestores e co-gestores e de instituições de governo municipais e estaduais, e

também da disponibilidade de recursos financeiros que possam ser investidos em programas e atividades na região.

Para a visão de futuro adotou-se a dinâmica cognitiva, em que os comunitários foram convidados a expressarem individualmente, por meio de desenhos, seus desejos e sonhos em um horizonte de 10-20 anos. Após 15 minutos foram convidados a se juntarem em pequenos grupos e explicarem aos seus colegas o significado de seus “sonhos” expressos em forma de desenhos. Após explanação, foram orientados a unirem os seus “sonhos” em frases simples que posteriormente foram apresentadas em plenária. A visão expressa por todos é a seguinte:

“NO FUTURO, A RDS-PP SERÁ UM MODELO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, COM SUA FAUNA E FLORA PRESERVADAS, SERVINDO INCLUSIVE COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA. AS COMUNIDADES LOCAIS SERÃO ORGANIZADAS, EXPLORANDO OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL E GARANTINDO SEUS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS. A EDUCAÇÃO, A SAÚDE E A INFRAESTRUTURA SERÃO DESENVOLVIDAS. HAVERÁ UNIÃO ENTRE COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RESERVA, DAS TERRAS INDÍGENAS VIZINHAS E DA REBIO ABUFARI, COOPERANDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE TODOS OS MORADORES DA REGIÃO DO BAIXO RIO PURUS”.

## **14. Zoneamento**

### **14.1. Setorização**

A divisão da área de unidade de conservação em setores, seguida de seu zoneamento como parte do plano de gestão, é indicado em regiões onde existe grande heterogeneidade ambiental. Este método permite uma caracterização mais minuciosa das peculiaridades de cada sistema permitindo que se adotem formas de manejo mais adequados e próprios para cada área. No processo de caracterização sócio ambiental e zoneamento da RDS-PP constatou-se uma grande heterogeneidade dentro da área. Tal variação resulta tanto da complexidade ecológica das várias macro paisagens e ambientes existentes - várzea do Solimões, várzea do Purus, lagos de água branca e preta, igarapés igapós, florestas de várzea e de terra firme - quanto da sócio



diversidade, envolvendo 53 comunidades, diversos atores e diferentes níveis de interações sócio econômicas (pescadores residentes e externos à reserva, barcos recreios, regatões, comunidades tradicionais internas e indígenas no entorno). Estas características geraram a necessidade de dividir a RDS-PP em diferentes setores como unidades de manejo para facilitar as discussões na construção do zoneamento e a escolha das regras que embasarão o manejo dos recursos na área da reserva junto às comunidades. A delimitação de setores permitiu o estabelecimento de unidades de manejo diferenciadas restringindo as formas de interações entre ambiente-usuário em cada discussão por unidade de manejo. Os critérios estabelecidos para a delimitação dos setores foram a fitofisionomia, a hidrografia, a demografia, as áreas tradicionais de uso dos recursos e as rotas de acessos (Tabela 1). Foram definidos sete setores dentro dos limites da RDS-PP (Figura 2) cujo produto foi a sistematização espacial de unidades manejáveis com certo grau de integridade ecossistêmica aliada a uma estrutura ou forma de organização socioeconômica existente na área.

Tabela 1. Descrição das características peculiares de cada um dos setores estabelecidos na RDS Piagaçu-Purus e sua respectivas áreas em km<sup>2</sup>.

Setor	Fitofisionomia	Área (km <sup>2</sup> )
Caua-Cuiuanã	Várzea do Solimões e Purus	85,248,089
Itapuru	Várzea do Solimões e Purus	48,516,709
Uauaçú	Terra firme e várzea	205,629,635
Ayapuá	Terra firme e várzea	80,975,823
Jari-Arumã	Terra firme e várzea	140,387,493
Paraná do Jari	Várzea do Purus	68,231,060
Supiá-Três Bocas	Várzea do Purus	169,992,086

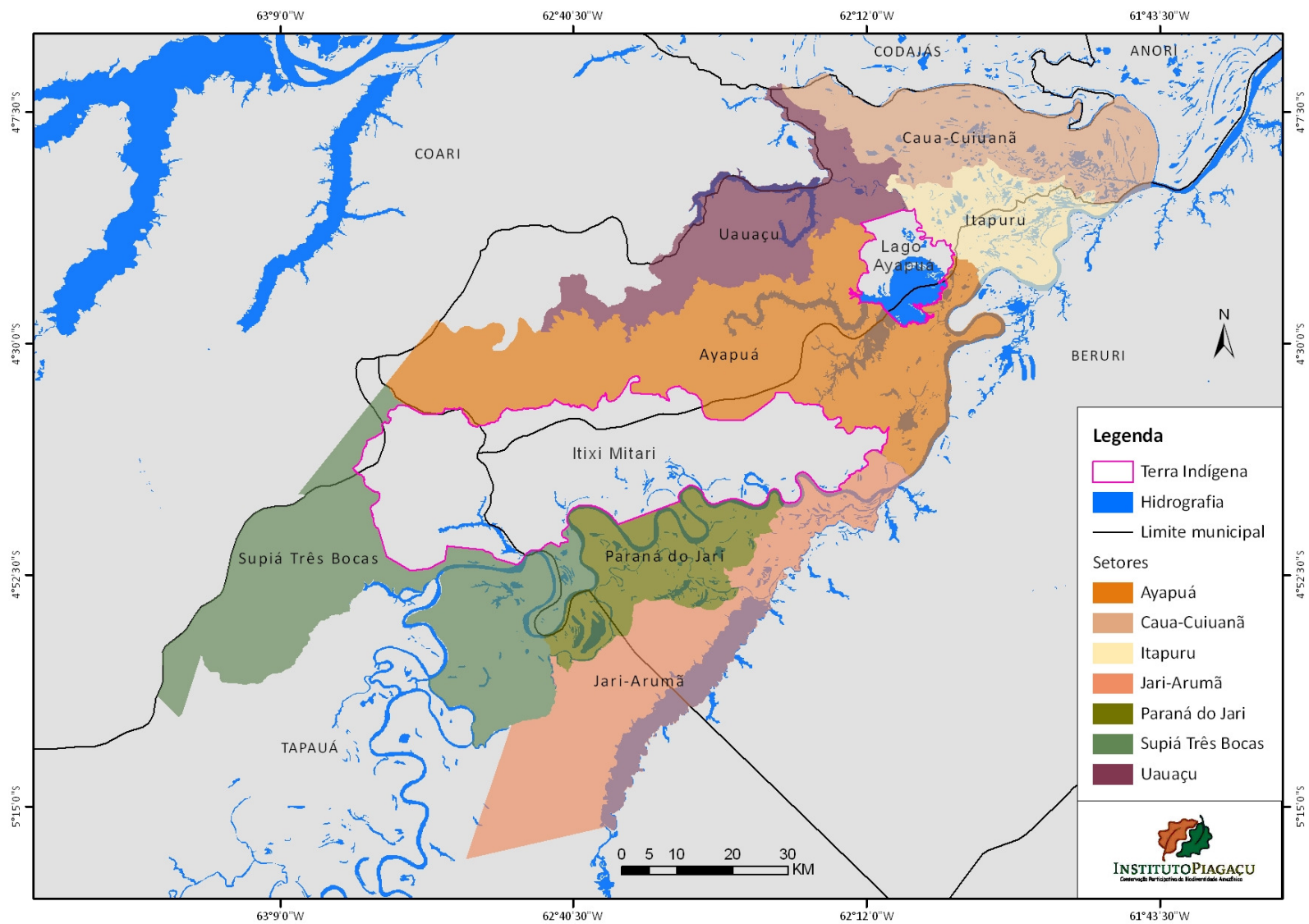


Figura 2. Divisão dos sete setores na RDS Piagaçu-Purus.

## 14.2. Zona de Amortecimento

A necessidade de designar áreas protetoras em volta das unidades de conservação decorreu da percepção de que certas atividades humanas poderiam comprometer os ecossistemas dentro das áreas protegidas<sup>1</sup> e que seriam necessárias medidas adicionais para minimizar o impacto do ambiente externo. Alguns destes impactos são o desmatamento causando os chamados “efeitos de borda” (mudanças temperatura, umidade e luminosidade, maior vulnerabilidade ao fogo, aumento da ação dos ventos, desaparecimento ou substituição de espécies), a poluição dos mananciais e comprometimento da integridade do solo por práticas rurais não adequadas.

Outra preocupação é a quebra de conectividade dos ecossistemas protegidos na Unidade de Conservação com outros ambientes naturais próximos. A degradação nas áreas do entorno, dependendo da natureza e escala do impacto, tende a criar “ilhas” de conservação que nem sempre comportam todos os elementos necessários para a sua manutenção e integridade no longo prazo. Um exemplo disto são cabeceiras de rios que sustentam sistemas inteiros dentro de áreas protegidas mas se localizam fora dela fragilizando a efetividade da proteção. As zonas de amortecimento surgem, então, como parte de uma estratégia de manejo de áreas protegidas em maior escala.

A regulamentação das atividades que podem ocorrer zonas que circundam as unidades de conservação encontra amparo em leis federais e estaduais, decretos e na forma de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Decreto n° 99.274 de 06 de junho de 1990). Resolução CONAMA n°13/1990, Resolução CONAMA 237/97, (Lei 9.605/1998, Artigo 40, Lei 9985/2000 - SNUC, Lei 57 de 05/06/2007 - SEUC do estado do Amazonas). A resolução CONAMA n°13/1990 estabelece que o órgão gestor da Unidade, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá e

---

<sup>1</sup> Definição da UICN pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas: “uma área de terra ou de mar definida especificamente para a proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados e gerida através de meios legais ou outros que sejam efetivos” (UICN 1994).

licenciará as atividades que possam afetar a biota num raio de 10 quilômetros da UC. Tal licenciamento só será concedido mediante autorização do gestor da UC. Posteriormente a resolução CONAMA 237/97 lista uma série de atividades potencialmente impactantes que requerem licenciamento.

O sistema de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas (SEUC – instituído pela Lei 57 de 05/06/2007), do qual faz parte a RDS-PP, estabelece que os limites da zona de amortecimento, quando não definidos no decreto de criação da UC, será de 10 quilômetros (Artigo 31,§1) ou será definido no plano de gestão da Unidade (Artigo 31, §2). Remete também ao plano de manejo (Artigo 33) a atribuição de definir para a área da UC e sua zona de amortecimento as prioridades de pesquisa, ameaças e riscos e estratégias de relacionamento com a população residente e usuária.

#### **14.2.1. Caracterização do entorno da RDS-Piagaçu Purus**

O entorno da RDS-PP abrange cinco municípios e caracteriza-se por apresentar regiões bem diversificadas em termos de ecossistemas, acessibilidade, situação fundiária, intensidade de ocupação humana e níveis de ameaças ao patrimônio natural que se quer proteger dentro dos limites da reserva. Além disto, abriga algumas das nascentes dos rios e porções das bacias de drenagem que mantém os grandes corpos d'água essenciais para a integridade e funcionamento dos ecossistemas da RDS-PP.

A RDS-PP encontra-se inserida num mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias de proteção pertencentes às esferas federais e estaduais formando um bloco de áreas naturais conectadas, preservando um corredor contínuo de Floresta Amazônica. A sudeste a RDS-PP limita-se com o Parque Nacional Nascentes do Jari e ao sul com a Reserva Biológica Abufari tornando-se, reciprocamente, área de entorno destas outras unidades. Representa ainda uma situação particular por apresentar uma zona de entorno interna e externa por circundar, dentro do seu perímetro, duas Terras Indígenas Itixi Mitari (da nação Apurinã) e Lago Ayapuá (da nação Mura) cujo limite desta última, com a RDS PP, é uma linha imaginária que atravessa as águas do lago Ayapuá. Tal

configuração apresenta potencialidades e desafios para a manutenção das áreas protegidas dentro dos seus objetivos específicos

Além das áreas protegidas há um outro fator importante sobre o entorno da RDS-PP que também tem implicações para a gestão da unidade. As terras localizadas no seu limite leste, à margem direita do rio Purus, desde a parte mediana do lago Jari fazem parte da Gleba Purus, pertencente ao INCRA. Tal área encontra-se destinada a Projetos de Reforma Agrária na categoria Projetos Especiais do Tipo PAE (Projetos Agro-Extrativistas) e PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável). Além dessas áreas do entorno, cerca de 370 mil hectares da Gleba Purus localizam-se dentro da RDS-PP (Figura 3).

versão para consulta pública

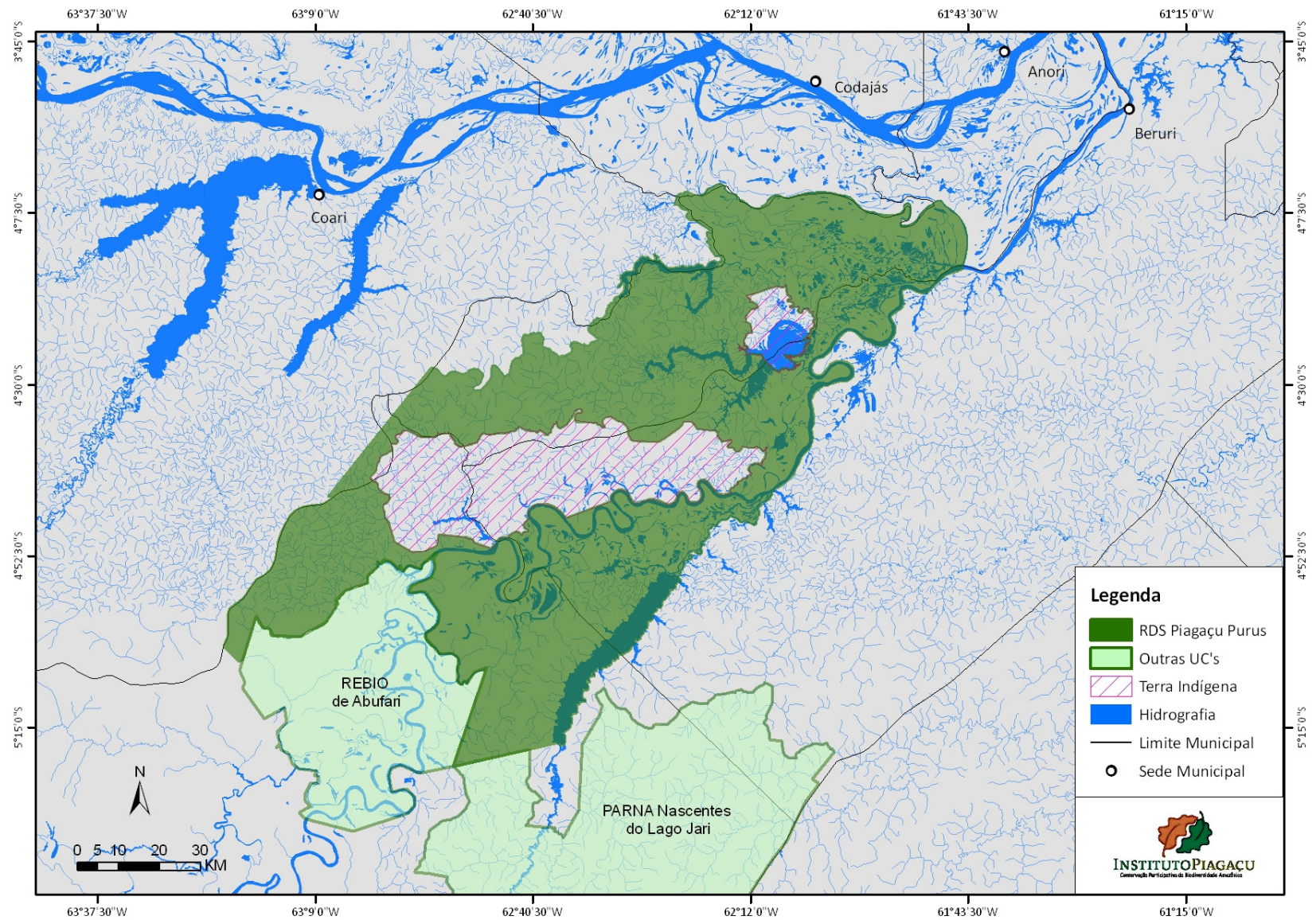


Figura 3. Área da RDS-PP e a característica de seu entorno.

#### 14.2.2. Delimitação da zona de amortecimento da RDS-PP

A zona de amortecimento da RDS-PP proposta neste Plano de Gestão (FIGURA 4, Tabela 2 e anexo tabela 24) utilizou como base os limites mínimos de 10 km estabelecidos pela resolução CONAMA 237/1997 para parte do seu contorno e estendeu-a esse limite em algumas áreas dada a sua importância em função dos seguintes critérios técnicos:

1- Inclusão das bacias de drenagem para manutenção da integridade dos corpos d'água que se localizam na RDS-PP e que sustentam grandes sistemas de lagos da reserva - Ayapuá e Uauaçú, - cuja produção pesqueira sustenta a economia de várias comunidades da RDS-PP. São áreas importantes para a reprodução, alimentação de espécies de peixes residentes e parte de rotas migratórias de espécies comercialmente muito importantes para a frota pesqueira e economia do estado suprindo Manaus, o principal mercado consumidor do estado;

2- Inclusão de uma porção desprotegida da cabeceira do lago Jari - imediatamente adjacente a RDS-PP e ao Parque Nacional Nascentes do Jari – tornando assim este um lago de águas pretas com cerca de 60 quilômetros de extensão, protegido em todo o seu curso e conectando em mais um ponto as duas UCs;

3. Inclusão de áreas de várzeas do rio Solimões localizadas na porção noroeste da RDS. Esta é a maior área de várzea contígua a RDS-PP e representa uma área de alta produtividade que funciona como uma das principais áreas-fonte de biodiversidade para as demais regiões da RDS-PP. Responde em especial, como grande repositório de espécies aquáticas e semi-aquáticas (ex. jacarés, pirarucus, quelônios e tambaquis), recursos biológicos essenciais à sustentabilidade sócio-econômica de populações ribeirinhas do baixo Purus. A região constitui ainda, um corredor ecológico de florestas de várzea bem conservadas que conectam os rios Purus e Solimões. A inclusão

das várzeas do médio Solimões pela zona de amortecimento da RDS-PP proporcionará maior proteção para uma região potencialmente de alta biodiversidade, que atualmente encontra-se sob forte pressão de exploração por ser adjacente ao Solimões, portanto, de fácil acesso e próxima de cinco municípios do Amazonas (Anori, Beruri, Coari, Codajás e Manacapuru). Além disso, incrementa o papel de conservação da RDS-PP na região, aumentando a representatividade biogeográfica de paisagens abrangidas pela UC. Forsberg (2000) ressaltou grandes diferenças entre estas bacias com relação à geomorfologia, a dinâmica dos sedimentos e a largura da faixa de alagação. Também, estudos recentes têm apontado diferenças biogeográficas entre as várzeas do sistema Amazonas/Solimões (Albernaz *et al.*, 2007). A composição da biodiversidade nesta região ainda é pouco conhecida, porém, para sapos a riqueza de espécies encontradas nas várzeas do médio Solimões foi maior que no baixo Purus (Gordo 2003). Um ponto que é favorável a inclusão é o apoio da prefeitura de Anori que gostaria que parte do seu município onde parte destas várzeas se localizam, passasse a fazer parte da RDS-PP;

4. nas áreas sudeste e nordeste da RDS-PP no rio Purus existem atividades impactantes já instaladas como gado havendo substituição no uso da terra. É a área com maior chance de expansão urbana com adensamento populacional exercendo pressão sobre os recursos naturais no entorno e dentro da UC, principalmente nas áreas do município de Beruri em função de possíveis migrações decorrentes do asfaltamento da BR 319. Esta área também faz parte da Gleba Purus pertencente ao INCRA.

Todas as atividades pretendidas na área de entorno da RDS-PP que envolvam mudanças no uso do solo precisam ter a anuência do órgão gestor, ouvidos o conselho deliberativo da RDS-PP.



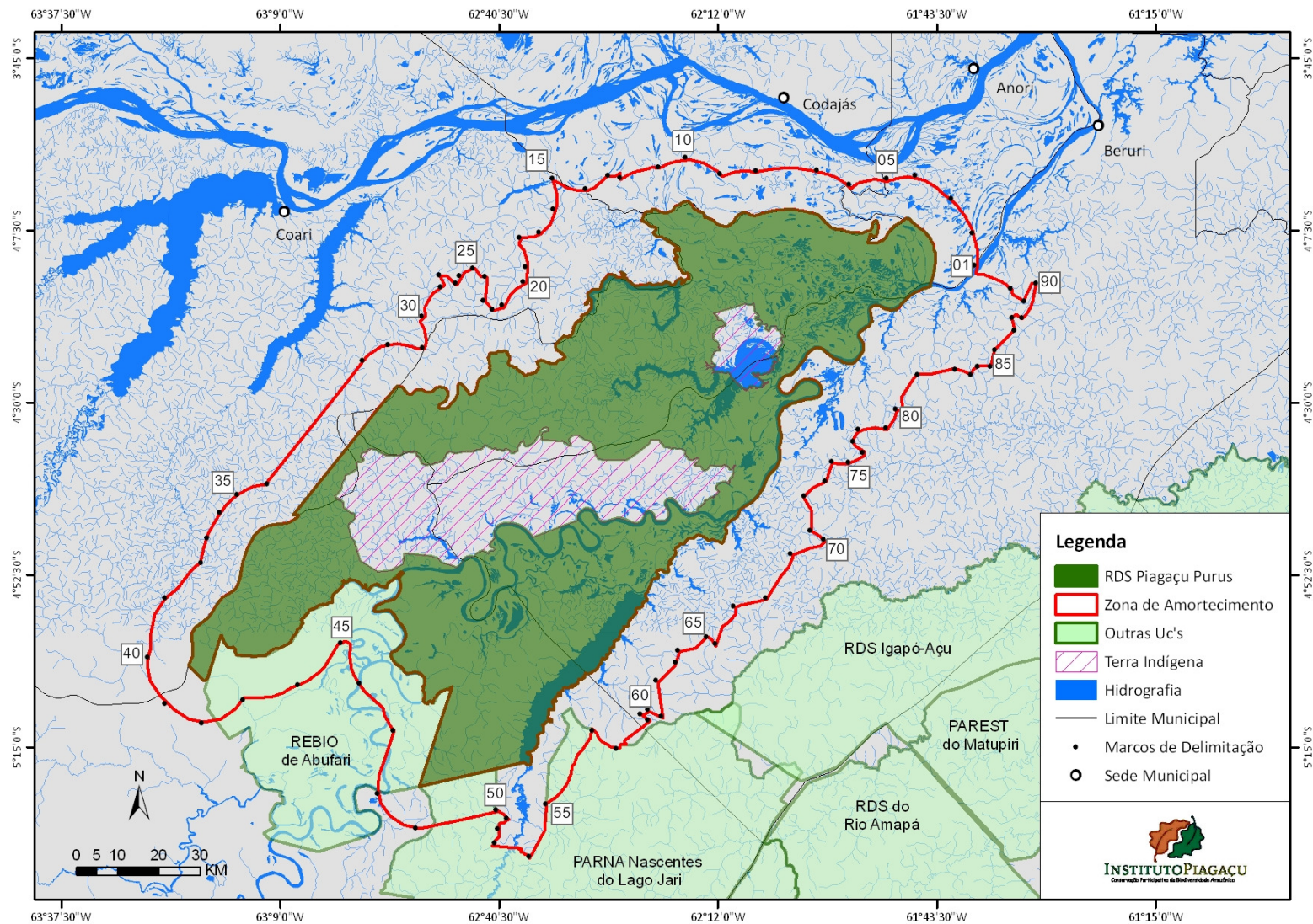


Figura 4. Zona de amortecimento da RDS-PP baseada nas bacias de drenagem e no entorno de 10 quilômetros definido pela resolução CONAMA 13/1990.

Tabela 2. limites geográficos da área de amortecimento da RDS-PP.

Marco	Long	Lat	Marco	Long	Lat	Marco	Long	Lat
1	-61,64220	-4,20116	35	63,24341	4,69922	70	61,96987	4,79710
5	-61,83386	-4,01138	40	63,43731	5,05229	75	61,91634	4,62925
10	-62,26940	-3,96653	45	63,01768	5,02190	80	61,81360	4,51349
15	-62,55880	-4,01138	50	62,68034	5,38602	85	61,60832	4,41995
20	-62,62246	-4,23711	55	62,57327	5,37299	90	61,50848	4,24053
25	-62,73099	-4,20673	60	62,35188	5,16752			
30	-62,84240	-4,31091	65	62,22454	5,00980			

### 14.3. O processo de zoneamento

As atividades de gestor e co-gestor (SDS/CEUC e IPI) durante a fase de diagnóstico que permitiram o zoneamento de parte da RDS-PP concentraram-se nos setores localizados no norte da reserva - setores Caua-Cuiuanã, Itapuru, Ayapuá e Uauaçú - em função da extensão da área, facilidade de acesso, interação com os moradores e disponibilidade de recursos humanos e financeiros. O zoneamento aqui apresentado baseia-se primordialmente nos recursos aquáticos - principalmente os recursos pesqueiros - em função da sua importância econômica e da existência de legislação pertinente. Além disto, alguns inventários biológicos importantes nos ecossistemas terrestres específicos da fase de diagnóstico da RDS-PP não puderam ser realizados e farão parte dos subprogramas de pesquisas a serem implementados na RDS-PP. As informações disponíveis sobre a fauna e outros recursos terrestres que contribuíram para o zoneamento são, em grande parte, provenientes de pesquisas realizadas por pesquisadores do IPI com o apoio financeiro da Wildlife Conservation Society, por alunos de pós-graduação e pesquisadores do INPA, facilitadas pelo convênio de cooperação técnica deste com o IPI.

A metodologia utilizada para o zoneamento da RDS-PP até o momento constituiu-se de uma série de encontros entre os Gestores da UC e os diferentes atores sociais envolvidos com a reserva que se iniciaram em 2004. As reuniões seguiram as seguintes etapas: 1) sensibilização, 2) reconhecimento da área de uso, 3) construção de propostas, 4) adaptação de propostas, 5) sensibilização para as reuniões setoriais e 6) a própria reunião setorial. As reuniões de sensibilização incluíram aspectos jurídicos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) enfatizando os diferentes tipos de UCs, com destaque às reservas de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Os limites da reserva e os conceitos de zoneamento espacial, e sua importância como uma ferramenta de manejo foram dois temas muito discutidos, assim como a necessidade da elaboração de um plano de manejo visando a conservação dos recursos naturais disponíveis na região. A fase de reconhecimento e definição das áreas utilizadas pelos diferentes usuários da RDS-PP, bem como a identificação dos corpos d'água nelas presentes foram feitas através de mapeamento participativo. Essas informações foram transformadas em polígonos, sobrepostos numa imagem satélite com auxílio do software ArcGIS. Cada área de uso foi trabalhada individualmente, onde os grupos usuários discutiram e sugeriram um sistema de zoneamento que incluiu, além das áreas de uso comercial e para subsistência, também áreas de proteção. Todas as propostas de zoneamento foram então discutidas com as comunidades pertencentes a um mesmo setor. Reuniões para ajustes dessas propostas foram feitas com cerca de dois meses de antecedência à realização das Reuniões Setoriais, onde o zoneamento seria discutido e votado em conjunto com todos os usuários por setor. O evento **RDS Piagaçu-Purus, Reuniões Setoriais: Zoneamento e Regras para o Uso de Recursos Naturais ocorreu** entre 18 de abril e 7 de maio de 2008, na própria reserva reunindo mais de 1000 moradores dos setores Caua-Cuiuanã, Uuaçu, Ayapuá, Itapuru e em Paricatuba (área de entorno), todos localizados na região norte da RDS. Todas as instituições que direta ou indiretamente estão envolvidas com a exploração dos recursos na RDS foram oficialmente convidadas para a discussão e encaminhamento de decisões sobre o zoneamento espacial e regras para o uso desses recursos.

A nomenclatura utilizada para a definição do grau de intervenção de cada área foi adaptada dos conceitos definidos no roteiro para elaboração de Planos de Gestão para as Unidades de Conservação do Estado. O zoneamento baseado principalmente nos recursos aquáticos evidenciou áreas que deverão permanecer como sendo de proteção integral (zona de preservação) e aquelas que poderão ser de uso para subsistência ou comercial (Zonas de uso extensivo ou intensivo). Essas zonas foram estabelecidas com base nas propostas de usuários e no conhecimento gerado nas pesquisas desenvolvidas pelo IPI. Para as áreas de proteção (zona de preservação) foram definidas aquelas de cabeceiras de lagos e igarapés onde a maior parte de espécies aquáticas (peixes e quelônios) se reproduzem e crescem. Nas áreas de várzea, alguns lagos utilizados por crocodilianos para reprodução, também foram protegidos. Para as áreas de uso extensivo e intensivo (subsistência e comercial) foram discutidos regras para o seu uso sustentável. Essas regras estão sendo consideradas para o delineamento do programa de monitoramento dos setores localizados no norte da UC e definem preliminarmente, condições de manejo básico para esta parte da reserva. As regras discutidas por setor estão descritas na sessão 14.4 *Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos da região norte da RDS-PP* neste volume.

A região sul da RDS-PP é bastante habitada, onde existem conflitos por uso dos recursos entre usuários e habitantes do entorno, havendo muita extração ilegal de recursos naturais, principalmente madeira. Há necessidade de uma atuação mais freqüente dos gestores junto àquelas comunidades alocando recursos financeiros e humanos para fortalecer o diálogo e formar alianças e iniciar-se o processo de zoneamento e implementação de programas de pesquisa e de apoio aos moradores daquela região. Neste volume II é apresentado dentre os programas de gestão da UC, o *Programa de Zoneamento* para a reserva que terá a prioridade máxima de execução logo à aprovação deste plano pelo Conselho Deliberativo. Este programa contemplará o zoneamento de áreas terrestres na região norte e o zoneamento aquático e terrestres nos setores localizados na área sul da reserva. O processo será

desenvolvido de forma participativa por meio de reuniões setoriais de forma semelhante às reuniões desenvolvidas nos setores localizados na região norte.

As formas de intervenção deverão, entretanto respeitar a legislação vigente e conseguinte o Plano de Gestão atualizado (para detalhes, ver sessão 16. *Programa de Gestão*).

#### **14.4. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos da região norte da RDS-PP**

##### **Definição das zonas quanto ao tipo de uso**

De uma maneira geral, a classificação das áreas quanto ao tipo de uso contemplou áreas de proteção, onde não se permitem a exploração de recursos, e as áreas de uso sendo divididas entre uso para subsistência e para fins comerciais. Na adequação deste zoneamento para as categorias previstas no Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Gestão para as Unidades de Conservação do Estado, adotamos o critério de colocar as áreas onde existe a exploração comercial, quer seja o ano inteiro ou apenas parte dele, como Zona de Uso Intensivo. Esta Zona, devido à intensidade e importância da Pesca Ribeirinha na RDS-PP, abriga tanto a pesca Comercial Ribeirinha como a pesca Comercial da Frota Pesqueira. As áreas de uso para subsistência foram classificadas como Zona de Uso Extensivo, e quando a mesma área é utilizada tanto para a pesca comercial como pela pesca de subsistência, adotou-se como critério, classificá-la como Zona de Uso Intensivo. As áreas de proteção, onde não se permite a exploração de recursos foram nomeadas como Zonas de Preservação.

Nos Setores Ayapuí, Caua-Cuiuanã e Itapuru, foram definidas, durante as Reuniões Setorias, áreas de proteção temporárias, onde não seria permitido a exploração de recursos durante dois anos, e área de subsistência temporária, por igual período, a partir da realização das Reuniões Setoriais. Este prazo se encerra no final do primeiro semestre de 2010, devendo ser observada a demanda das comunidades de cada setor para a rediscussão e reclassificação destas áreas quanto ao seu tipo de uso, e encaminhada ao conselho da RDS-

PP para a incorporação no Plano de Gestão da Reserva. Neste Zoneamento estas áreas foram denominadas de Preservação Especial e de Uso Extensivo Especial.

Mesmo com a área de Uso Intensivo representando 87,9% do zoneamento aquático dos setores Ayapuá, Uauaçú, Itapuru e Caua-Cuiuanã, em detrimento de 5,6% de Uso Extensivo e Extensivo especial e 6,5% de Preservação e Preservação especial, a sustentabilidade dos recursos pesqueiros nestes setores fica garantida através das regras de uso, que implicam em diferentes níveis de intensidade de exploração e à proteção de áreas primordiais para a manutenção destes recursos (Figura 5). Vale deixar claro que entre estas áreas de uso intensivo, grande parte é utilizada somente em determinados períodos do ano, e sob regras específicas por local que diminuam consideravelmente a pressão sobre os recursos.

Para melhor entendimento dos termos utilizados no zoneamento e nas regras de uso dos recursos pesqueiros da RDS-PP, apresentamos alguns conceitos e definições:

**Área de Uso Intensivo:** Destinada à pesca comercial, ou seja, explorada com a finalidade de comercialização do pescado, podendo ser praticada por pescadores moradores da RDS-PP e da frota pesqueira dependendo das regras de cada local, devendo ser respeitadas as regras específicas de cada setor, a legislação vigente e os critérios para o controle da atividade.

**Área de Uso Extensivo:** Destinada à pesca de subsistência, ou seja, somente para a alimentação, podendo ser praticada por todos os usuários, desde que obedecidas às regras para cada local e que seja comunicado à comunidade mais próxima no caso de usuário de fora do setor.

**Área de Uso Extensivo Especial:** Tem a mesma função da área de Uso Extensivo, porém durante um período determinado. Terminado este período, a área pode ser transformada para uso de Extensivo ou Intensivo ou permanecer

como Preservação ou mesmo preservação Especial. A mudança de categoria somente ocorrerá mediante nova discussão e definição pelas comunidades do setor, seguida de aprovação pelo órgão Gestor, em conformidade com a legislação vigente e pela aprovação do Conselho Deliberativo da RDS-PP.

**Área de Preservação:** Destinada exclusivamente à proteção da biodiversidade, portanto, proibida qualquer atividade de exploração de recursos para a subsistência ou comércio.

**Área de Preservação especial:** Tem a mesma função da área de Preservação, porém durante um período determinado. Terminado este período, a área pode ser transformada para uso de Extensivo ou Intensivo ou permanecer como Preservação ou mesmo preservação Especial. A mudança de categoria somente ocorrerá mediante nova discussão e definição pelas comunidades do setor, seguida de aprovação pelo órgão Gestor, em conformidade com a legislação vigente e pela aprovação do Conselho Deliberativo da RDS-PP.

Versão para consulta pública

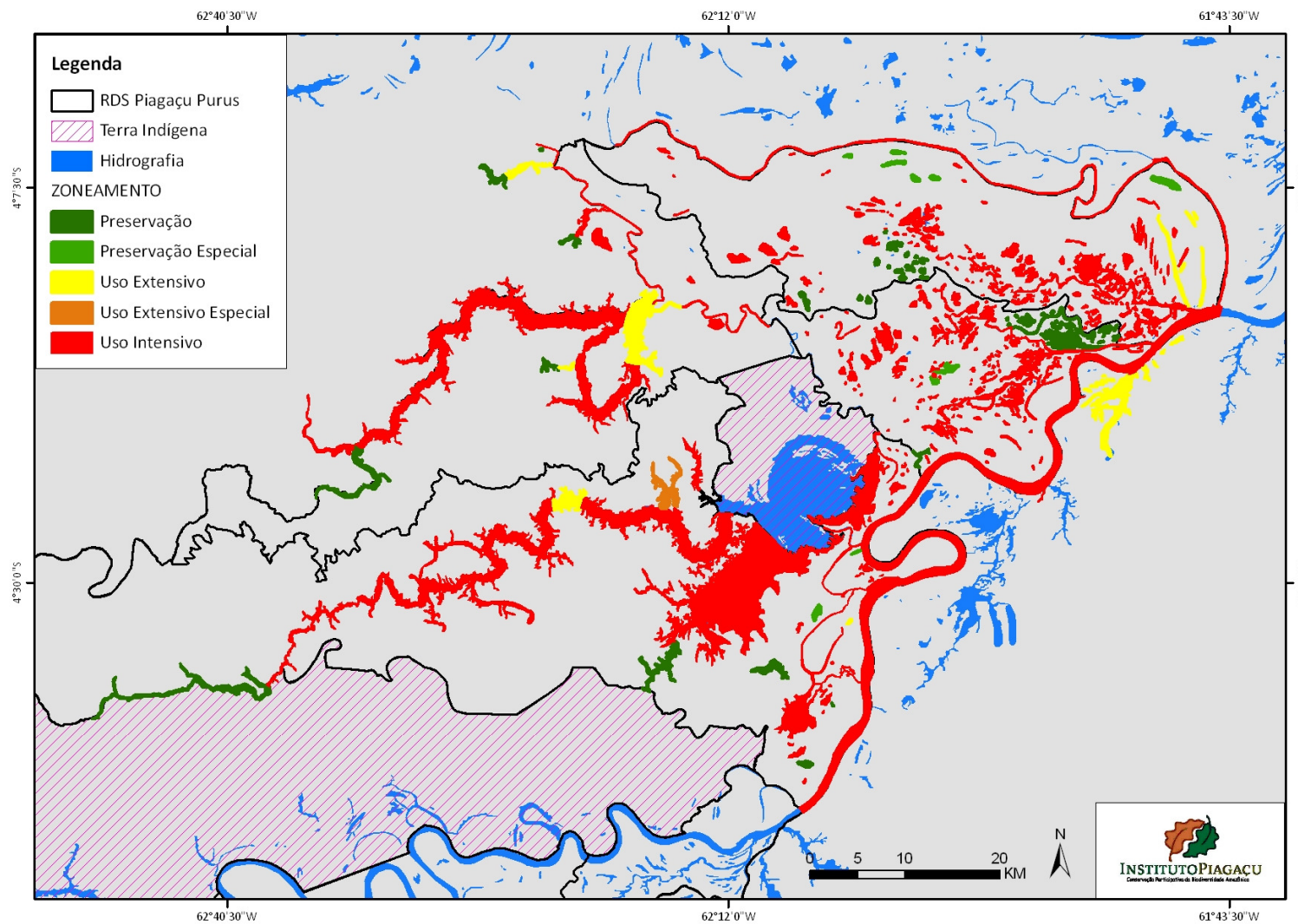


Figura 5. Mapa do zoneamento da área norte da RDS-PP



## **Regras gerais das áreas aquáticas zoneadas nos setores norte da RDS-PP.**

1 – As áreas destinadas à pesca comercial ribeirinha e à pesca comercial da frota pesqueira podem ser utilizadas para a pesca de subsistência por todos os usuários, desde que obedecidas às regras para cada local e que seja comunicado à comunidade mais próxima no caso de usuário de fora do setor.

2 – Sugere-se às colônias de pescadores que possuem cotas de pesca em cada setor que obedeçam os seguintes critérios para a escolha dos barcos:

- pescar tradicionalmente na área;
- participar no processo de discussão das reuniões de zoneamento;
- relação de afinidade com os moradores locais.

3 - As Colônias deverão apresentar as relações das embarcações selecionadas ao CEUC para análise e este encaminhará ao IPAAM para expedição das licenças. Essas solicitações devem ser feitas com antecedência de 1 (um) mês do início do período da pesca.

As Colônias devem apresentar juntamente com a solicitação, ata da reunião com seus associados, no qual define as embarcações que atuarão na RDS Piagaçu-Purus. Uma via deve ser entregue às comunidades do setor para controle das regras locais, e outra via deve permanecer com o encarregado da embarcação.

4 – As embarcações de pesca das colônias de pescadores que possuem cotas de pesca dentro da RDS-PP, devem cooperar com o monitoramento de pesca realizado na Reserva e preencher as fichas de campo que serão entregues junto com as autorizações pelo CEUC.

5 - Eventuais irregularidades e desrespeito às regras de cada setor podem acarretar no cancelamento da vaga da Colônia em questão para a pesca no setor para a próxima temporada.

Para efeito de esclarecimento, o termo *nós opostos* é utilizado na legislação pesqueira e foi também adotado neste plano de gestão. Para nós opostos a medida é tomada com a malha totalmente esticada e equivale ao dobro da medida dos *nós adjacentes* (Figura 6). Os nós adjacentes são as medidas mais adotadas pelos pescadores e comerciantes.

A definição das zonas dos setores do norte da RDS-PP, contemplou subdivisões das zonas de Uso intensivo em uso Comercial Ribeirinho e Comercial da Frota, e ainda áreas exclusivas para algumas comunidades. Este nível de detalhamento e as regras de cada área específica por setor são mostrados nas tabelas 3, 4, 5 e 6 e nas Figuras 7, 8, 9 e 10.

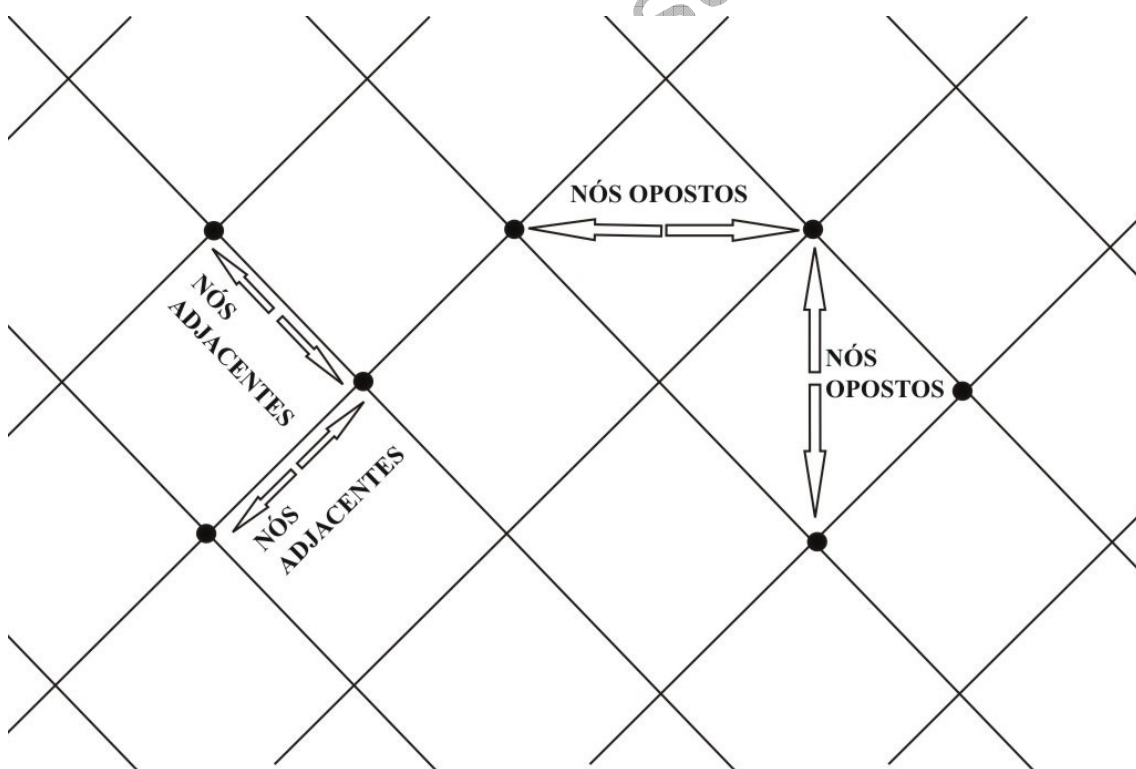


Figura 6. Representação das medidas das malhas em redes de pesca.

Tabela 3. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Ayapuí na região norte da RDS-PP

Zona	Região	Descrição do local	Período	Usuários	Regras	Obs.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Cabeceira Grande do Lago Ayapuí	A montante da Cabeceira Grande do Lago Ayapuí, a partir do igarapé do Sucuriju (62° 21' 42,67" W; 4° 25' 12,6" S) até a boca do igarapé do Japiim (62° 38' 23,93" W; 4° 35' 49,61" S), sem incluí-lo.	Ano inteiro	Comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi.	Respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Cabeceira Grande Ayapuí	À montante da cabeceira grande, a partir do limite com a TI Ayapuí (62° 12' 34,02" W; 4° 26' 1,84" S / 62° 11' 4,02" W; 4° 26' 2,72" S) até a boca do igarapé Itaboca (62° 20' 18,85" W; 4° 25' 8,95" S), sem incluí-lo.	Fevereiro até Maio	Comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi	Respeitar a legislação vigente	Entre Junho e Janeiro estas áreas se tornam de uso de subsistência por ribeirinhos
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Igarapé Evaristo	Todo o igarapé do Evaristo (62° 13' 52,47" W; 4° 24' 44,26" S)	Ano inteiro	Comunidade Evaristo	Respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Região do Bacuri	Toda a área da região do Bacuri (62° 8' 28,49" W ; 4° 28' 26,69" S) a partir dos limites com a TI Ayapuí até a boca do igarapé Ubim (62° 13'	Ano inteiro	Comunidades São João e São Francisco do Bacuri	Respeitar a legislação vigente	

		38,95" W; 4º 31' 43,85" S).				
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	região do Bacuri	mãe do rio, do igarapé Ubim (62º 13' 38,95" W; 4º 31' 43,85" S) até igarapé Visagem (62º 15' 36,66" W; 4º 33' 21,41" S)	Fevereiro a Maio	Comunidades São João e São Francisco do Bacuri.	Respeitar a legislação vigente	De Junho a Janeiro funciona como área de Preservação
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Paraná do Ayapuá	À montante da boca do Paraná do Lago Ayapuá (62º 4' 20,72" W; 4º 27' 47,13" S) até o limite com a TI Ayapuá (62º 6' 11,41" W; 4º 26' 53,27" S).	Ano inteiro	Comunidades Bom Jesus	Respeitar a legislação vigente	Esta área também é utilizada comercialmente pela frota pesqueira entre janeiro a julho.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de Lagos do Paraná Fortaleza	Veiga (62º 4' 7,39" W; 4º 29' 11,29" S), Veiguiha (62º 4' 28,84" W; 4º 29' 6,36" S), Tracajá, Paraná Fortaleza (62º 5' 23,32" W; 4º 27' 57,88" S) e seus lagos, com exceção dos lagos Supiá e Marajá (62º 4' 3,6" W ; 4º 28' 13,77" S)	Ano inteiro	Comunidades Bom Jesus	Respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	complexo de lagos do Piraiauara	Cacaia (62º 8' 6,03" W; 4º 37' 35,93" S), Miraiuca, Viúva, Paneirão, Redondo, Paraná do Carará, Paraná do Piraiauara, Pinico, Piranha e Comprido	Ano inteiro	Comunidades Piraiauara e Santa Rosa.	Respeitar a legislação vigente	

Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha e Frota	Rio Purus	Calha do Rio Purus	Ano inteiro	Usuários internos e externos	Respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo / Frota Pesqueira	Paraná do Ayapuá	Partindo da boca do Paraná do Ayapuá (62º 4' 20,72" W; 4º 27' 47,13" S) até o limite com a TI Lago Ayapuá (62º 6' 11,41" W; 4º 26' 53,27" S)	Janeiro a Julho	Colônia de Beruri e Colônia de Manaus	Respeitar a legislação vigente. Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Total de nove (9) barcos, sendo quatro (4) da colônia de Beruri e cinco (5) da colônia d Manaus, serão permitidos explorar o paraná que liga o rio Purus ao Lago Ayapuá. São permitidas quatro (4) viagens de pesca por barco por safra anual.	Esta área também é utilizada comercialmente pela comunidade Bom Jesus o ano inteiro.
Uso Intensivo / Frota Pesqueira	Cabeceira Grande do Ayapuá	A montante da Cabeceira Grande, a partir do limite com a TI Ayapuá (62º 12' 34,02" W	fevereiro a maio.	da Colônia de Manaus e Colônia de	São permitidas quatro (4) viagens de pesca por barco por safra anual.	Entre junho e janeiro estas áreas se tornam de uso de

		4° 26' 1,84" S / 62° 11' 4,02" W 4° 26' 2,72" S) até a boca do igarapé Itaboca (62° 20' 18,85" W 4° 25' 8,95" S), sem incluí-lo.		Beruri.	Onze (11) barcos da frota pesqueira poderão usar a área, sendo sete (7) barcos da colônia de Manaus e quatro (4) barcos da Colônia de Beruri. A capacidade máxima de cada barco é de trinta e cinco toneladas (35 ton.). Respeitar a legislação vigente Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Proibida a pesca do mapará ( <i>Hypophthalmus</i> spp) durante o ano todo.	subsistência.
Preservação	Cabeceira do Lago Ayapúá	A montante da cabeceira grande do lago Ayapúá, a partir da boca do igarapé do Japiim (62° 38' 23,93" W; 4°	permanente	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento,	

		35' 49,61" S) e o próprio igarapé.			educação e turismo ambiental.	
Preservação	região do Bacuri	Lago Chavascalzinho (62º 9' 30,8"W; 4º 34' 47,16" S), e a montante da mãe do rio, a partir do igarapé Visagem (62º 15' 36,66" W; 4º 33' 21,41" s).	permanente	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação	complexo de lagos do Piraiauara	Lagos: Miraiuquinha (62º 7' 6,31" W; 4º 40' 16,66" S) e Panerinho (62º 6' 29,1" W; 4º 36' 52,62" S).	permanente		Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha e Preservação	região do Bacuri	mãe do rio, do igarapé Ubim (62º 13' 38,95" W; 4º 31' 43,85" S) até igarapé Visagem (62º 15' 36,66" W; 4º 33' 21,41" S)	Proteção junho a janeiro	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	De fevereiro a maio funciona como área de pesca comercial pelas comunidades São João e São Francisco do bacuri.
Preservação Especial	Complexo de lagos do Piraiauara	Lagos Supiá (62º 6' 1,56" W; 4º 31' 31,98" S) e Marajá (62º 4' 3,6" W; 4º 28' 13,77" S)	Terminou o prazo estipulado pelas comunidades	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento,	Rever e redefinir categoria no primeiro semestre de aprovação do Plano de

			para esta categoria		educação e turismo ambiental.	Gestão.
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Cabeceira grande do Ayapuá	À montante da cabeceira grande, a partir da boca do igarapé do Itaboca (62º 20' 18,85" W; 4º 25' 8,95" S), incluindo este, até a boca do igarapé do Sucurijú (62º 21' 42,67" W; 4º 25' 12,6" S), sem incluir este.	Ano inteiro	Comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi	Respeitar a legislação vigente	
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Cabeceira Grande Ayapuá	À montante da cabeceira grande, a partir do limite com a TI Ayapuá (62º 12' 34,02" W; 4º 26' 1,84" S / 62º 11' 4,02" W; 4º 26' 2,72" S) até a boca do igarapé Itaboca (62º 20' 18,85" W; 4º 25' 8,95" S), sem incluí-lo.	Junho a janeiro	Comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi.	Respeitar a legislação vigente	Entre fevereiro e maio esta área torna-se de uso comercial pelas comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi e pela Frota Pesqueira
Uso Extensivo especial	Cabeceira grande do Ayapuá	Igarapé Ajará (62º 15' 39,39" W ; 4º 25' 46,28" S), somente para a pesca de subsistência.	Terminou o prazo estipulado pelas comunidades	Comunidades Pinheiros, Evaristo e Uixi	Respeitar a legislação vigente	Rever e redefinir categoria no primeiro semestre de aprovação do Plano de Gestão.



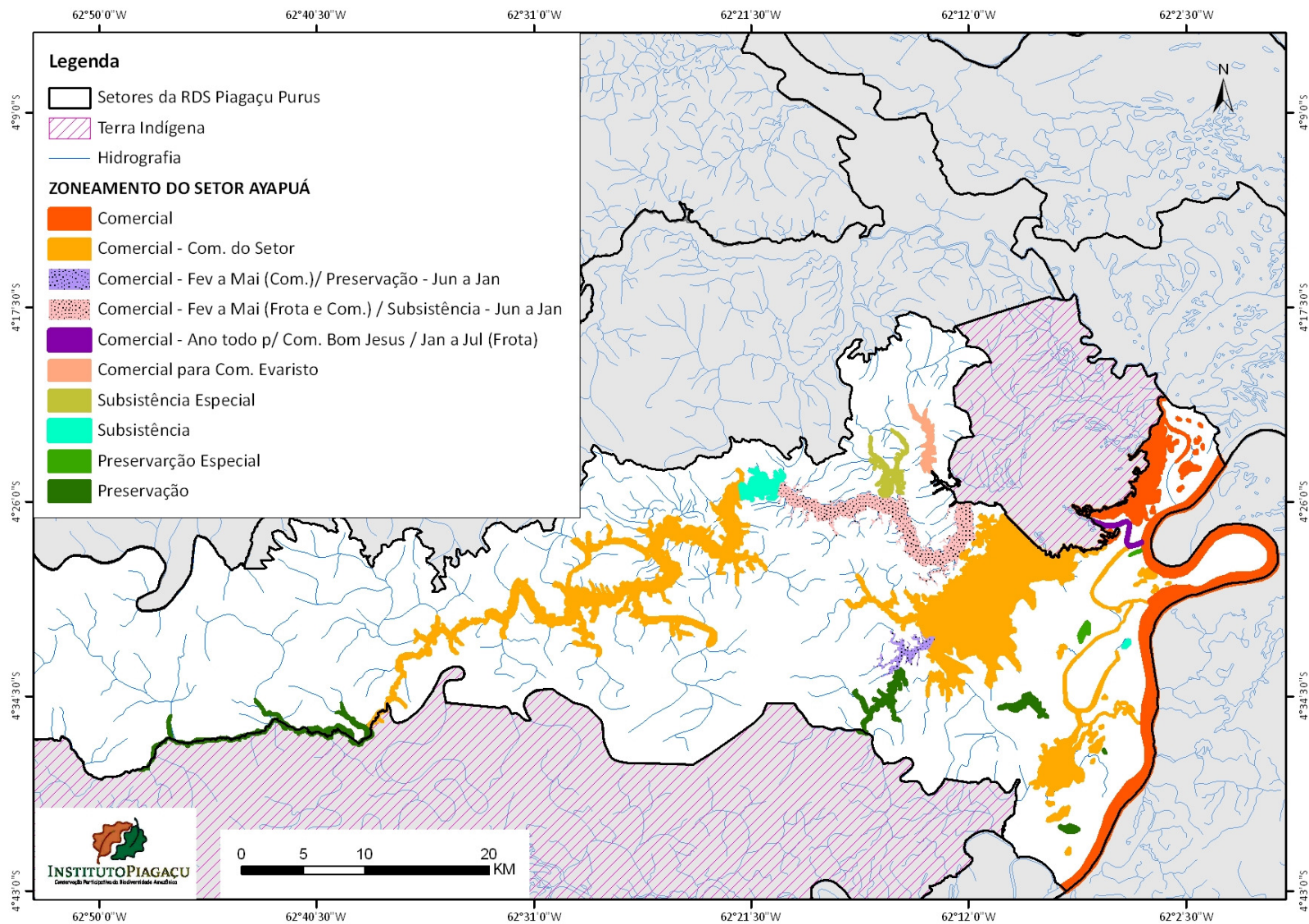


Figura 7. Zoneamento aquático no setor Ayapuá

Tabela 4. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Uauaçu na região norte da RDS-PP

Zona	Região	Descrição do local	Período	Usuários	Regras	Obs.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Lago Uauaçu	A montante do lago Uauaçu, margem esquerda, a partir da boca do Igarapé Santo Antonio 62° 17' 41,89" W 4° 14' 37,39" S e a montante do lago Uruaçu, margem direita, a partir da Ponta do Paricá 62° 17' 52,63" W 4° 15' 18,88" S, até o repartimento entre o igarapé Mãe do rio e igarapé Vieira 62° 32' 58,61" W 4° 22' 17,25" S, incluindo este último. A montante da volta do Buiucu, a partir da boca do igarapé do Caetano 62° 17' 1,9" W 4° 17' 25,57" S margem direita e igarapé Tarauacá 62° 17' 44,11" W 4° 17' 24,09" S margem esquerda.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Uauaçu	respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Lago Jamari	Lago Jamari 62° 19' 4,84" W 4° 10' 43,25" S.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Uauaçu	respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Lago do Breu	Lago do Breu, da boca 62° 18' 45,96" W 4° 8' 48,1" S até o repartimento 62° 20' 39,84" W 4° 10' 16,47" S.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Uauaçu	respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Paraná do Salsa	A montante do paraná do Salsa, a partir do furo do lago Uauaçu 62° 16' 16,95" W 4° 14' 6,72" S.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Uauaçu	respeitar a legislação vigente	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Paraná do Salsa	A jusante do paraná do Uauaçu, a partir da boca do Igarapé Terra Preta 62° 14' 42,96" W 4° 14' 19,12" S até os limites com a Terra Indígena 62° 8' 28,49" W 4° 17' 2,03" S.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Uauaçu	Respeitar a legislação vigente. Utilizar malhar de tamanho igual ou superior que 100 e 110mm entre nós opostos no verão	

Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Lago do Tigre	Lago do Tigre 62° 8' 30,8" W 4° 14' 1,09" S (Setor Caua-Cuiuanã).	Ano inteiro	Comunidade Arpóuba	Respeitar a legislação vigente. Pescar com malhas 160 e 180mm na Seca e 90 e 100mm entre nós opostos na Cheia.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Lago Arapapá	Lago Arapapá 62° 14' 7,9" W 4° 12' 46,37" S	Ano inteiro	Comunidade Arapapá	Respeitar a legislação vigente.
Uso Intensivo / Frota Pesqueira	Lago Uauaçú	Lago do Uauaçú, a jusante do igarapé do Jerônimo (coordenadas) até o Igarapé Santo Antonio 62° 17' 41,89" W 4° 14' 37,39" S, margem esquerda e Ponta do Paricá 62° 17' 52,63" W 4° 15' 18,88" S, margem direita. Toda a volta do Buiuçu, a montante do igarapé do Caetano 62° 17' 1,9" W 4° 17' 25,57" S margem direita e igarapé Tarauacá 62° 17' 44,11" W 4° 17' 24,09" S margem esquerda sem incluí-los, até a união com o lago Uauaçú na ponta do Paricá 62° 17' 52,63" W 4° 15' 18,88" S, Exclui-se desta área todo o igarapé Tiririca, seus afluentes e o lago Salgado.	de 20 (vinte) de janeiro a 31 (trinta e um) de maio	Colônias de Manaus, Manacapuru e Beruri.	13 (treze) barcos são destinados à pesca do peixe-gordo (Jaraqui, Matrinchã e Curimatã), sendo 4 (quatro) da Colônia de Manaus, 6 (seis) de Manacapuru, 3 (três) de Beruri. Só podem pescar barcos com capacidade de até 35 toneladas. Serão permitidas 3 (três) viagens por barco por safra anual para barcos de até 15 (quinze) toneladas. Barcos com mais de 15 (quinze) toneladas será permitida apenas uma viagem por safra anual. respeitar a legislação vigente A pesca deve ser casada redinha e escolhedeira. Caso isto não aconteça o Barco perde o direito de pesca durante a safra e a colônia perde o direito de um barco na próxima safra.

<p>Uso Intensivo / Frota Pesqueira</p>	<p>Lago Uauaçu</p>	<p>Lago do Uauaçu, a jusante do igarapé do Jerônimo (coordenadas) até o Igarapé Santo Antonio 62º 17' 41,89" W 4º 14' 37,39" S, margem esquerda e Ponta do Paricá 62º 17' 52,63" W 4º 15' 18,88" S, margem direita. Toda a volta do Buiuçu, a montante do igarapé do Caetano 62º 17' 1,9" W 4º 17' 25,57" S margem direita e igarapé Tarauacá 62º 17' 44,11" W 4º 17' 24,09" S margem esquerda sem incluí-los, até a união com o lago Uauaçu na ponta do Paricá 62º 17' 52,63" W 4º 15' 18,88" S, Exclui-se desta área todo o igarapé Tiririca, seus afluentes e o lago Salgado.</p>	<p>De 1º (primeiro) de Julho até 10 (dez) de Setembro</p>	<p>Colônia do Iranduba.</p>	<p>2 (dois) de Iranduba 10 toneladas e 20 toneladas para a pesca do mapará. Serão permitidas 3 (três) viagens por barco por safra anual para barcos de até 15 (quinze) toneladas. Barcos com mais de 15 (quinze) toneladas será permitida apenas uma viagem por safra anual.</p>	
<p>Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.</p>	<p>Lago Uauaçu</p>	<p>A montante do paraná do Uauaçu a partir da ponta da Terra Preta 62º 14' 42,96" W 4º 14' 19,12" S seguindo margem direita do lago Uauaçu até o igarapé do Caetano 62º 17' 1,9" W 4º 17' 25,57" S, incluindo este último, e partindo da ponta da terra preta, margem esquerda, incluindo o Paraná do Salsa até o furo do Uauaçu 62º 16' 16,95" W 4º 14' 6,72" S, seguindo ponto segue para a margem direita até a boca do igarapé Santo Antônio 62º 17' 41,89" W 4º 14' 37,39" S sem incluí-lo. Deste do lago Uruaçu, na ponta do Paricá 62º 17' 52,63" W 4º 15' 18,88" S, seguindo até a boca do igarapé Taraquá 62º 17' 44,11" W 4º 17' 24,09" S, atravessando o lago até o igarapé do Caetano.</p>	<p>Ano inteiro.</p>	<p>Comunidades do setor Uauaçu</p>	<p>podendo ser praticada por todos os usuários, desde que obedecidas às regras e o zoneamento para cada local, a legislação vigente de pesca, e que seja comunicado à comunidade mais próxima.</p>	
<p>Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.</p>	<p>Volta do Buiuçu, Lago Uauaçu.</p>	<p>Entre o igarapé Tiririca 62º 20' 41,37" W 4º 17' 41,26" S até a boca do igarapé Cotia 62º 21' 41,75" W 4º 17' 41,17" S.</p>	<p>Ano inteiro.</p>	<p>Comunidades do setor Uauaçu</p>	<p>podendo ser praticada por todos os usuários, desde que obedecidas às regras e o zoneamento para cada local, a</p>	

					legislação vigente de pesca, e que seja comunicado à comunidade mais próxima.	
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Lago Tambaqui, no Paraná do Salsa.	Lago Tambaqui, da boca 62° 22' 2,6" W 4° 6' 15,05" S até o igarapé do Felipe (62° 24' 40,33" W 4° 6' 59,91" S.	Ano inteiro.	Comunidades do setor Uauaçu	podendo ser praticada por todos os usuários, desde que obedecidas às regras e o zoneamento para cada local, a legislação vigente de pesca, e que seja comunicado à comunidade mais próxima.	
Preservação	Lago Uauaçu	Igarapé Mãe do Rio 62° 33' 3,28" W 4° 22' 21,37" S, na cabeceira do Lago Uauaçu.	Permanente.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação	Volta do Buiçu, Lago Uauaçu.	Lago Salgado, a montante do igarapé do Cotia 62° 21' 41,75" W 4° 17' 41,17" S.	Permanente.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação	Lago Tambaqui, no Paraná do salsa.	A montante do igarapé do Felipe 62° 24' 40,33" W 4° 6' 59,91" S, no lago Tambaqui.	Permanente.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação	Lago Tambaqui, no Paraná do Salsa.	Lago Tambaquzinho 62° 22' 36,69" W 4° 5' 19,86" S.	Permanente.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação	Lago do Breu, no Paraná do Salsa.	A montante do repartimento do lago do Breu 62° 20' 39,84" W 4° 10' 16,47" S.	Permanente.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	

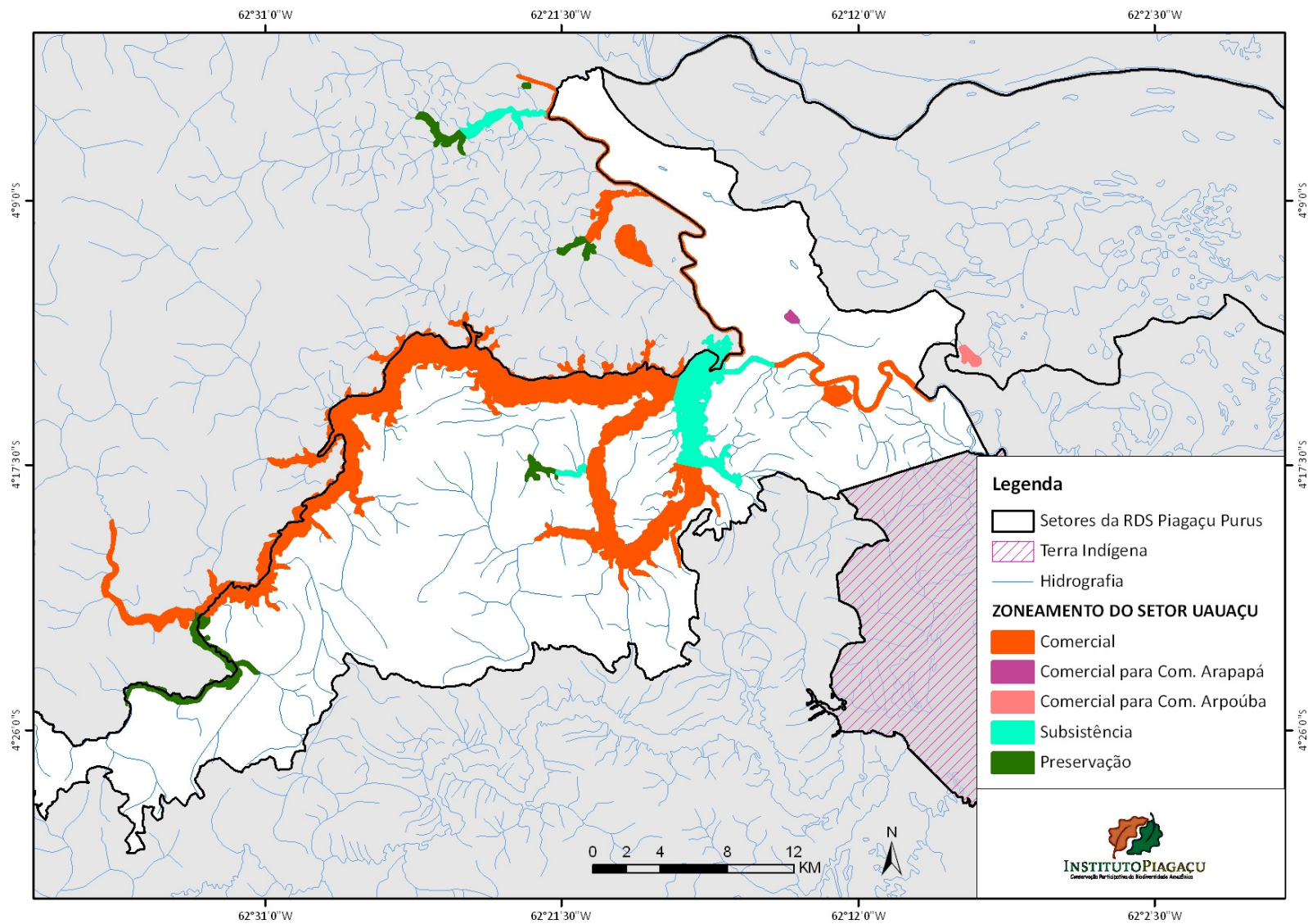


Figura 8. Zoneamento aquático no setor Uauaçu

Tabela 5. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Caua-Cuiuanã na região norte da RDS-PP

Zona	Região	Descrição do local	Período	Usuários	Regras	Obs.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do Igarapé Açu.	Peuazinho 61° 46' 8,03" W 4° 11' 29,42" S, Revolta 61° 46' 35,83" W 4° 10' 5,31" S, Cipó Grande 61° 48' 23,57" W 4° 8' 13,4" S, Cipó Pequeno 61° 47' 39,08" W 4° 8' 27,3" S, Grande do Peua 61° 48' 36,78" W 4° 10' 15,04" S, Peua 61° 47' 55,07" W 4° 11' 5,78" S	ano inteiro.	Comunidades do Setor Caua- Cuiuanã	Respeitar a legislação vigente Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Serão permitidas no máximo 4 (quatro) caixas de isopor de 170 litros com peixe por pescador. Utilizar malhas entre 70 e 120 mm. 8(oito) é o número máximo de malhadeiras por pescador. Regra por 1 (um) ano: Malha 100 mm para a pesca do Tambaqui a montante do paraná do Caua a partir do lago Preto (4° 11' 38,5" S e 61° 58' 06,26" W). Malha 80 e 90 mm para a pesca do Tambaqui a jusante do Paraná do Caua a partir do lago Preto (4° 11' 38,5" S e 61° 58' 06,26" W).	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do Paraná do Caua.	Toda área compreendida entre os pontos (61° 48' 37,46" W 4° 14' 5,45" S e 62° 1' 15,56" W 4° 9' 50,52" S) do Paraná do Caua,	Ano inteiro.	Comunidades do Setor Caua- Cuiuanã	Respeitar a legislação vigente . Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas	

		<p>incluindo os lagos: , Pocinho 61º 48' 40,25" W 4º 12' 34,76" S, Pepu 61º 49' 18,99" W 4º 11' 52,12" S, Caua Grande 61º 51' 8,8" W 4º 11' 55,59" S, Ambé 61º 51' 46,33" W 4º 10' 44,01" S, Piranha 61º 53' 1,39" W 4º 11' 45,17" S, Cauxi 61º 52' 9,26" W 4º 13' 34,97" S, Macaco 61º 53' 47,26" W 4º 13' 26,63" S, Trapinho 61º 55' 22,47" W 4º 12' 14,36" S, Araçá 61º 54' 52,58" W 4º 11' 38,91" S, Trapo 61º 55' 55,13" W 4º 11' 12,5" S , Sucurijú 62º 1' 16,59" W 4º 10' 46,53" S , Paca 62º 1' 39,17" W 4º 10' 37,85" S, Caraipézinho 62º 1' 58,96" W 4º 10' 11,1" S, Caraipé do Caua 62º 2' 28,49" W 4º 10' 9,02" S, lago do Carro, lago do Zeca, Pepu-Grande e Cobra-Grande.</p>			<p>redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Serão permitidas no máximo 4 (quatro) caixas de isopor de 170 litros com peixe por pescador. Utilizar malhas entre 70 e 120 mm. 8(oito) é o número máximo de malhadeiras por pescador. Regra por 1 (um) ano: Malha 100 mm para a pesca do Tambaqui a montante do Paraná do Caua a partir do lago Preto (4º 11' 38,5" S e 61º 58' 06,26" W). Malha 80 e 90 mm para a pesca do Tambaqui a jusante do Paraná do Caua a partir do lago Preto (4º 11' 38,5" S e 61º 58' 06,26" W).</p>	
<p>Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha</p>	<p>Complexo de lagos do Paraná do Caua.</p>	<p>Bijogó (62º 0' 47,87" W 4º 9' 54,34" S), Marreco 62º 1' 4,83" W 4º 9' 29,76" S, Araçazal (61º 64' 38,07" W; 4º 9' 2,35" S), Muiui (61º 63' 52,91" W; 4º 8' 28,35" S), Muiui-Grande (61º 63' 28,56" W; 4º 8' 16,18" S), Morapereira (62º 4' 0,73" W; 4º 10' 34,03" S), Paraguai (61º 68' 51,21" W; 4º</p>	<p>Ano inteiro.</p>	<p>Comunidades do Setor Caua- Cuiuanã</p>	<p>Respeitar a legislação vigente. Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Serão permitidas no máximo 4 (quatro) caixas de isopor de 170 litros com peixe por pescador.</p>	<p>Esta área de uso comercial da Frota entre agosto e fevereiro.</p>



		10' 8,8" S), Mundurucuis (61° 69' 45,99" W; 4° 11' 3,59" S), Veado (61° 71' 26,44" W; 4° 11' 38,59" S).			Utilizar malhas entre 70 e 120 mm. 8(oito) é o número máximo de malhadeiras por pescador. Regra por 1 (um) ano: Malha 100 mm para a pesca do Tambaqui a montante do Paraná do Caua a partir do lago Preto (4° 11' 38,5" S e 61° 58' 06,26" W). Malha 80 e 90 mm para a pesca do Tambaqui a jusante do Paraná do Caua a partir do lago Preto (4° 11' 38,5" S e 61° 58' 06,26" W).	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Paraná do Cuiuanã e Ipixuna.	Paraná do Cuiuanã a partir da boca (61° 44' 7,19" W; 4° 14' 12,2" S) até o repartimento com Paraná do Ipixuna (61° 47' 41.43" W; 4° 06' 1.74" S), seguindo este último até o limite da RDS-PP (62° 18' 23.93" W; 5° 5' 5.88" S).	ano inteiro.	Comunidades do Setor Caua-Cuiuanã	Respeitar a legislação vigente Serão permitidas no máximo 4 (quatro) caixas de isopor de 170 litros com peixe por pescador. Utilizar malhas entre 70 e 120 mm. 8(oito) é o número máximo de malhadeiras por pescador.	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do Leitão.	Lago Leitão (61° 47' 52,78" W ;4° 15' 43,46" S)	Março a Julho.	Comunidades do Setor Caua-Cuiuanã	Respeitar a legislação vigente. Serão permitidas no máximo 4 (quatro) caixas de isopor de 170 litros com peixe por pescador. Utilizar malhas entre 70 e 120 mm.	

					8(oito) é o número máximo de malhadeiras por pescador.	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Paraná do Ipixuna.	Aru (62° 15' 42,67" W 4° 5' 24,56" S), Aruzinho (62° 15' 18,85" W 4° 5' 46,89" S)	ano inteiro.	Comunidade do Tigela	Respeitar a legislação vigente.	
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do Tigre.	Lago do Tigre (62° 8' 30,8" W 4° 14' 1,09" S)	Ano inteiro.	Comunidade Arpouba.	Respeitar a legislação vigente. Pescar com malhas 160 e 180mm na Seca e 90 e 100mm entre nós opostos na Cheia.	
Uso Intensivo / Frota Pesqueira	Complexo de lagos do Paraná do Caua	Região do lago Bijogó para cima (oeste): Bijogó (62° 0' 47,87" W 4° 9' 54,34" S), Marreco 62° 1' 4,83" W 4° 9' 29,76" S, Araçazal (61° 64' 38,07" W; 4° 9' 2,35" S), Muiui (61° 63' 52,91" W; 4° 8' 28,35" S), Muiui-Grande (61° 63' 28,56" W; 4° 8' 16,18" S), Morapereira (62° 4' 0,73" W; 4° 10' 34,03" S), Paraguai (61° 68' 51,21" W; 4° 10' 8,8" S), Mundurucuis (61° 69' 45,99" W; 4° 11' 3,59" S), Veado (61° 71' 26,44" W; 4° 11' 38,59" S).	Agosto a Fevereiro.	Colônias de Anori, Beruri e Comunidade Ubim.	3 (três) barcos poderão utilizar a área, provenientes das Colônias de Anori, Beruri e um da comunidade Ubim. A carga máxima dos barcos é de 2 (duas) toneladas. Será permitida 1 (uma) viagem por barco por safra anual. Um barco equivale a 20 (vinte) caixas de isopor de 170 litros. Proibido acesso por maparazeiros. Respeitar a legislação vigente. Eventuais irregularidades ou desrespeito às regras podem acarretar o cancelamento da vaga da Colônia ou Comunidade para a pesca no setor.	

Preservação	Complexo de lagos do Jacó	<p>Todo o complexo de lagos do Jacó: lagos Caraipé do Jacó 62º 0' 56,62" W 4º 12' 13,56" S, Caraipézinho do Jacó 62º 0' 52,15" W 4º 12' 37,38" S, Jacó 62º 2' 52,47" W 4º 12' 0,41" S, Jacó do Meio 62º 2' 20,72" W 4º 12' 17,28" S, Jacó do Centro 62º 2' 3,6" W 4º 12' 38,87" S, Cleto (62º 2' 39,39" W; 4º 11' 22,29" S), Bate Bunda 62º 1' 41,27" W 4º 12' 3,89" S, Marajá 62º 1' 22,29" W 4º 11' 45,63" S, Araçá Grande 62º 2' 38,95" W 4º 10' 48,32" S, Araçazinho 1 62º 2' 11,41" W 4º 10' 45,34" S, Araçazinho 2 62º 0' 55,49" W 4º 11' 36,7" S, Furriel 62º 3' 34,02" W 4º 11' 44,14" S, Caramuri 62º 3' 4,02" W 4º 10' 2,18" S, Maracarana 62º 1' 49,08" W 4º 11' 18,84" S, Cavalo Marinho 62º 1' 17,82" W 4º 11' 26,28" S, Tartaruga 62º 4' 1,56" W 4º 13' 58,11" S, Tartaruguinha 62º 4' 29,1" W 4º 13' 50,67" S e Tigre do Meio 62º 7' 36,66" W 4º 13' 58,11" S.</p>	permanente	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação especial.	Complexo de lagos do	Lagos Arapapá do Ipixuna 61º 46' 59,67" W 4º 7' 13,23" S, Colher	Terminou o prazo estipulado pelas	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente	Rever e redefinir categoria no primeiro semestre

	Caua	62° 1' 23,78" W 4° 6' 59,08" S, Costela 62° 0' 16,05" W 4° 6' 56,85" S, Mocinha 62° 2' 23,32" W 4° 5' 29,03" S, Cardoso 62° 2' 29,27" W 4° 6' 4,01" S.	comunidades para esta categoria.		permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	de aprovação do Plano de Gestão.
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Complexo de lagos do Caua	Igarapé Açú (61° 45' 52,37" W 4° 14' 12,01" S), paraná Ferreira 61° 45' 7,47" W 4° 14' 3,59" S, lagos Jacaré 61° 45' 41,38" W 4° 9' 16,35" S, Jacarezinho 61° 45' 24,28" W 4° 9' 7,02" S.	Ano inteiro.	Comunidades do Setor e entorno	Apenas 1 (um) pano de tramalha poderá ser utilizado.	
Uso Intensivo / Pesca de Subsistência.	Complexo de lagos do Leitão	Lago Leitão (61° 47' 52,78" W ;4° 15' 43,46" S)	Agosto a fevereiro.	Comunidades do Setor e entorno	Neste período os únicos apetrechos permitidos são a zagaia, anzol e arpão; Malhadeiras e tramalhas estão proibidas.	Esta área também é utilizada como comercial pelas comunidades do setor entre março a julho.

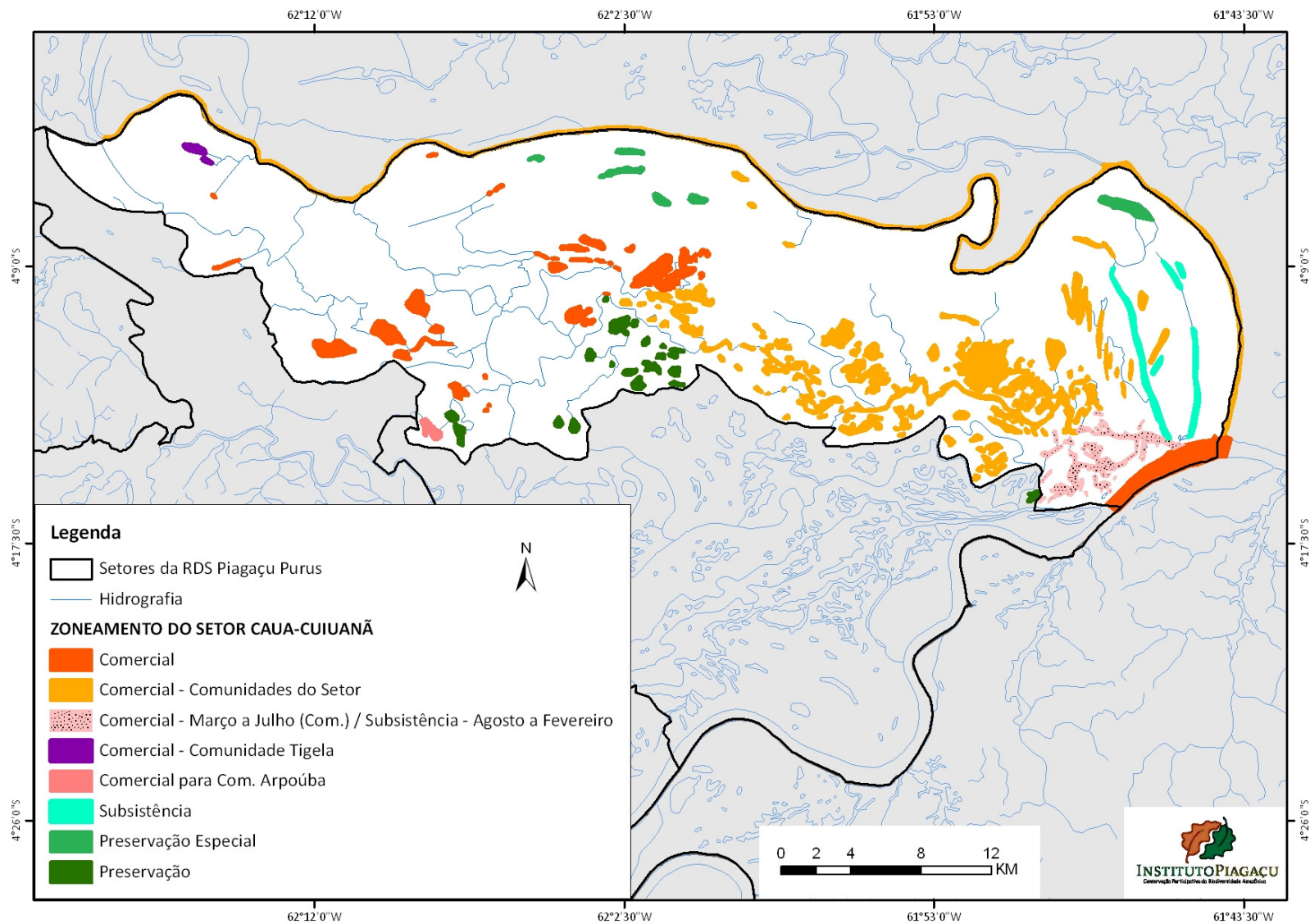


Figura 9. Zoneamento aquático no setor Caua-Cuiuanã

Tabela 6. Zoneamento e regras de uso dos recursos aquáticos do Setor Itapuru na região norte da RDS-PP

Zona / Uso	Região	Descrição do local	Período	Usuários	Regras	Obs.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do paraná do Itapuru e canal do Xibuí	Os lagos Ouricuri 61° 57' 10,23" W 4° 22' 35,43" S, Arraia-1 61° 57' 55,01" W 4° 16' 40,75" S, Arraia-2 61° 58' 28,77" W 4° 21' 18,24" S, Tracajá 61° 58' 9,52" W 4° 14' 26,09" S, Martim 61° 58' 11,72" W 4° 16' 2,4" S, Martim-Grande 61° 58' 24,91" W 4° 15' 25,66" S, Costela 61° 59' 4,43" W 4° 13' 47,65" S, Pedra 61° 59' 23,95" W 4° 14' 30,28" S, Pedrinha 61° 59' 32,13" W 4° 14' 48,97" S, Caveira 62° 0' 12,8" W 4° 16' 20,85" S, Tacho 61° 59' 52,54" W 4° 15' 26,46" S, Tachinho 62° 0' 10,65" W 4° 15' 3,09" S, Amã 62° 0' 52,77" W 4° 13' 44,19" S, Amãzinho 62° 1' 25,9" W 4° 14' 7,79" S, Cacainha 62° 1' 8,92" W 4° 13' 9,5" S, Urucurana 61° 58' 3,51" W 4° 17' 56,09" S, Apui-do-Centro 62° 1' 0,01" W 4° 18' 17,17" S, Magno 62° 1' 32,65" W 4° 18' 29,04" S, Pires 62° 1' 20,75" W 4° 16' 3,7" S, Castro 62° 2' 22,15" W 4° 15' 51,65" S, Atravessado 62° 2' 31,91" W 4° 16' 39,21" S, Bento	setembro a fevereiro.	Pescadores das comunidades da Vila de Itapuru	Cada família terá direito a 3 (três) caixas de 170 litros por semana e uma viagem por semana nos lagos de uso comercial. Respeitar a legislação vigente . Os tamanhos das malhas permitidos de acordo com as espécies são: tucunaré: malha 110mm; Cará: malha 90mm; Sulamba: malha 120mm; Pacu: malha 120mm; Jaraquis: malha 90mm; Tambaqui: malhas igual ou maior a 200mm.	

		62° 2' 3,28" W 4° 17' 16,61" S, Bentinho 62° 2' 21,39" W 4° 17' 29,46" S, Araçá-do-Bento 62° 2' 19,05" W 4° 17' 52,25" S, Samaúma 62° 3' 6,96" W 4° 16' 14,67" S, Samaúminha 62° 3' 4,62" W 4° 15' 27,35" S, Tamaquaré 62° 3' 34,42" W 4° 16' 57,33" S, Dórico 62° 5' 35,36" W 4° 17' 1,42" S, Araçatuba 62° 5' 5,56" W 4° 17' 17,77" S, Jacaré 62° 4' 7,72" W 4° 17' 20,7" S, Ernesto 62° 5' 31,27" W 4° 17' 58,09" S, Cará-Açu 62° 4' 59,72" W 4° 18' 13,86" S, Cara-Açuzinho 62° 5' 20,17" W 4° 18' 37,23" S, Cacaia 62° 4' 35,18" W 4° 18' 46,58" S, Do Meio 62° 4' 49,21" W 4° 18' 59,43" S, Canta-Galo 62° 4' 25,84" W 4° 19' 17,55" S e Poço do Magno 62° 1' 2,51" W 4° 18' 39,57" S, Lagos Itapuru-Grande 61° 55' 14,54" W 4° 17' 51,56" S, Munguba 61° 55' 32,05" W 4° 19' 10,16" S, Mungubinha 61° 55' 44,68" W 4° 19' 44,9" S e lago Guaribão 61° 59' 59,39" W 4° 21' 12,13" S				
Uso Intensivo/ Pesca Comercial	Complexo de lagos do Paraná do Itapuru	Da boca do paraná do Itapuru 61° 47' 54,42" W 4° 16' 23,12" S até sua confluência com o canal do	Ano inteiro.	Pescadores das comunidades	Máximo 3 (três) caixas de 170 litros por família/semana e uma	

Ribeirinha		Xibuí 61° 53' 33,50" W 4° 16' 52,93" S incluindo o lago Botinho 61° 53' 31,24" W 4° 17' 40,92" S até o lago Guaribão 61° 59' 59,39" W 4° 21' 12,13" S.		da Vila de Itapuru	viagem por semana nos lagos de uso comercial. Respeitar a legislação vigente .  Os tamanhos das malhas permitidos de acordo com as espécies são: tucunaré: malha 110mm; Cará: malha 90mm; Sulamba: malha 120mm; Pacu: malha 120mm; Jaraquis: malha 90mm; Tambaqui: malhas igual ou maior a 200mm.
Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Complexo de lagos do paraná do Itapuru	Da boca do paraná do Itapuru 61° 47' 54,42" W 4° 16' 23,12" S até sua confluência com o canal do Xibuí 61° 53' 33,50" W 4° 16' 52,93" S incluindo os lagos Aruanã 61° 48' 42,64" W 4° 16' 49,99" S, Apuí 4° 16' 39,08" S 61° 49' 44,48" W, Botinho 61° 53' 31,24" W 4° 17' 40,92" S até o lago Guaribão 61° 59' 59,39" W 4° 21' 12,13" S.	Ano inteiro.	Pescadores das comunidades da Vila de Itapuru	Máximo 3 (três) caixas de 170 litros por família/semana e uma viagem por semana nos lagos de uso comercial. Respeitar a legislação vigente .  Os tamanhos das malhas permitidos de acordo com as espécies são: tucunaré: malha 110mm; Cará: malha 90mm; Sulamba: malha 120mm; Pacu: malha 120mm; Jaraquis: malha 90mm; Tambaqui: malhas igual ou maior a 200mm.



Uso Intensivo/ Pesca Comercial Ribeirinha	Rio Purus	Rio Purus	Ano inteiro	Comunidades do setor, entorno e frota	Respeitar legislação vigente.
Uso Intensivo / Frota Pesqueira	Paraná do Itapuru	Da boca do paraná do Itapuru 61º 47' 54,42" W 4º 16' 23,12" até o lago Guaribão 61º 59' 59,39" W 4º 21' 12,13" S, incluindo os lagos Itapuru-Grande 61º 55' 14,54" W 4º 17' 51,56" S, Munguba 61º 55' 32,05" W 4º 19' 10,16" S, Mungubinha 61º 55' 44,68" W 4º 19' 44,9" S e Guaribão 61º 59' 59,39" W 4º 21' 12,13" S.	Setembro a Fevereiro.	Colônia de Beruri	As espécies de peixes pescadas serão: Tambaqui, Tucunaré, Cará, Curimatã, Sulamba e Peixes-lisos. Respeitar a legislação vigente .  Os peixes em defeso, que eventualmente caírem nas redes de pesca, deverão ser doados às comunidades. Proibido o acesso por maparazeiros. 5 (cinco) barcos poderão utilizar a área, todos eles pertencentes à Colônia de Beruri. A carga máxima permitida para cada barco é de 5 (cinco) toneladas por viagem. Serão permitidas 2 (duas) viagens de pesca por barco por safra anual. Para efeito de comparação, cada viagem de pesca de um barco equivale à 2 (duas) canoas com 4 (quatro) caixas de isopor de

					170 litros cada uma. Eventuais irregularidades ou desrespeito às regras podem acarretar o cancelamento da vaga da Colônia ou Comunidade para a pesca no setor.	
Preservação	Complexo de lagos do Pato, Itapuru-Mirim e paraná do Capitarizinho	Lagos: Pato 61° 50' 27,63" W 4° 15' 30,44" S, Patinho 61° 49' 57,19" W 4° 15' 29,14" S, Redondo 61° 53' 30,19" W 4° 15' 47,86" S, Itapuru-Mirim 61° 52' 19,68" W 4° 16' 23,55" S, Enrique 61° 51' 30,45" W 4° 16' 2,82" S, Cagador 61° 50' 48,05" W 4° 16' 16,98" S, Camuti 61° 52' 5,43" W 4° 15' 44,69" S, Franquinho 61° 52' 30,04" W 4° 15' 38,21" S, Franco 61° 52' 30,04" W 4° 15' 20,72" S, Caverna 61° 53' 13,43" W 4° 15' 27,85" S, Caverninha 61° 53' 20,56" W 4° 15' 9,71" S, Batista 61° 53' 31,8" W 4° 14' 36,66" S, Batistinha 61° 53' 52,2" W 4° 14' 47,3" S, Tapagem 61° 54' 7,27" W 4° 14' 42,87" S, Capitarizinho 61° 55' 6,39" W 4° 15' 7,1" S, Preto 61° 54' 56,04" W 4° 14' 50,26" S, Preguinho 61°	permanente	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitido atividades de pesquisa, monitoramento, educao e turismo ambiental.	

		55° 35,35" W 4° 14' 50,55" S, Estragado 61° 56' 2,54" W 4° 15' 19,22" S, Estragadinho 61° 56' 8,75" W 4° 14' 58,53" S, Cedro 61° 53' 53,08" W 4° 15' 44,94" S, Tucuxi (61° 49' 57,46" W 4° 16' 3,97" S). Paraná do Capitarizinho 61° 50' 24,66" W 4° 16' 6,06" S até a confluência com o canal do Xibuí 61° 55' 51,72" W 4° 15' 28,96" S.				
Preservação	Final do Paraná do Itapuru.	Trinta Braças 62° 1' 8,65" W 4° 22' 41,7" S.	permanente	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitidas atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	
Preservação especial	Paraná do Xibuí	Lagos: Capitari-Grande 61° 59' 20,85" W 4° 17' 44,44" S e Chato 62° 0' 10,62" W 4° 18' 28,64" S	Terminou o prazo estipulado pelas comunidades para esta categoria.	-	Não pode haver uso de recursos sendo somente permitidas atividades de pesquisa, monitoramento, educação e turismo ambiental.	Rever e redefinir categoria no primeiro semestre de aprovação do Plano de Gestão.
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Lago Xaviana	Todo complexo de lagos do Xaviana a montante da boca 61° 49' 3,29" W 4° 18' 2,01" S	Ano inteiro	Comunidades do Setor	Respeitar a legislação vigente	
Uso Extensivo / Pesca de Subsistência.	Lago Canadá	Lago Canadá 61° 46' 25,68" W 4° 16' 10,84" S	Ano inteiro	Comunidades do Setor	Respeitar a legislação vigente	

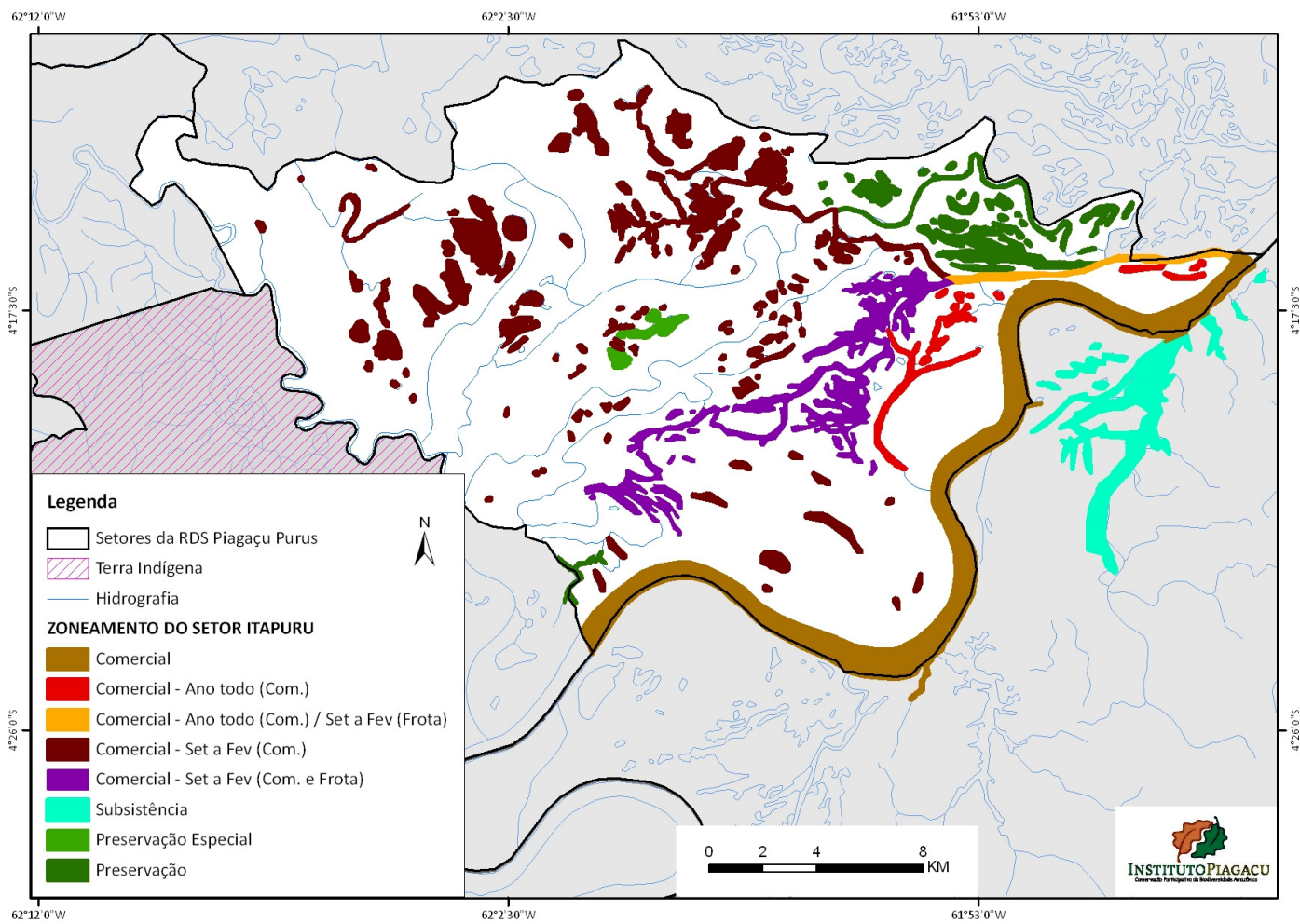


Figura 10. Zoneamento aquático no setor Itapuru

#### **14.5. Regras gerais de utilização da RDS Piagaçu-Purus**

As regras têm como finalidade estabelecer a regulamentação de condutas não predatórias que garantam o desenvolvimento de práticas sustentáveis de uso dos recursos e que sejam respeitadas por todos os seus moradores e usuários. O seu não cumprimento poderá resultar na aplicação das penalidades conforme a legislação pertinente e/ou será levada às instâncias do Conselho Deliberativo que aplicará a penalidade de acordo com o estabelecido neste plano.

Para a definição das regras gerais de utilização da reserva foram levadas em consideração várias informações, tais como as características físicas e de paisagens de cada área, características biológicas evidenciadas por meio dos levantamentos biológicos realizados, e as informações colhidas junto aos comunitários durante a realização de oficinas participativas com representantes de comunidades de todos os setores, sendo discutidas regras gerais quanto ao uso de recursos terrestres e aquáticos e regras de convivência. Aliado a essas informações tem-se as regras já estabelecidas pela legislação brasileira sobre o meio ambiente que precisam ser cumpridas e estabelecidas também como normas a serem seguidas na reserva. A seguir são listadas as regras gerais para a unidade:

##### ***Regras quanto aos recursos não madeireiros e madeireiros:***

1 – O uso dos recursos naturais oriundos da reserva só poderá ser executado por residentes na reserva e de seu entorno respeitando as normas e regras estabelecidas neste Plano;

2 – a comercialização de qualquer produto extrativista só poderá ser realizada mediante um estudo prévio e à avaliação da cadeia produtiva que confira a sustentabilidade desta atividade. Esta deverá ser realizada por meio de Cooperativas ou Associações de Moradores e deverá ser acompanhada pelo órgão gestor e pelo Conselho Deliberativo da Reserva;

- 3 – a intervenção sobre os recursos da floresta deverá respeitar as áreas que serão estabelecidas no zoneamento terrestre sendo proibida sua intervenção nas zonas de proteção integral;
- 4 – todos os castanheiros devem se utilizar das boas práticas da castanha visando a comercialização;
- 5 – todos os castanheiros devem participar da capacitação de boas práticas;
- 6 – recomenda-se a todos os castanheiros fazer a limpeza do castanhal;
- 7 – não é permitido invadir o castanhal sem a permissão do colocado;
- 8 – é proibida a retirada de castanha loteada, sendo ao infrator aplicado a punição de pagamento de multa para a associação. O valor da multa deverá ser estipulado em cada comunidade;
- 9 – não é permitido fazer roçado próximo aos castanhais numa distância mínima de 100 metros;
- 10 – todos os castanheiros devem respeitar o acordo da castanha estipulado em sua comunidade;
- 11 - é permitida a colheita do açaí somente quando este estiver maduro;
- 12 – é recomendável o uso de boas práticas para a coleta dos produtos de palmeiras;
- 13 – a extração de resinas e esuldados deverá ser incentivada, seguindo recomendações vigentes em leis e com o incentivo ao replantio de plantas visando a perpetuação da mesma;
- 14 – é recomendável o plantio do açazeiro;
- 15 – é permitido o aproveitamento da semente de andiroba já caídas;
- 17 – o óleo de andiroba, para fins comerciais, não poderá ser adulterado por meio de misturas com outras substâncias;
- 18 – é recomendada as boas práticas para o beneficiamento da andiroba;
- 19 – a extração do óleo de copaíba só poderá ser feita utilizando-se o kit de extração (trado, mangueira e carote), sendo recriminado o corte profundo através de terçado e machado;
- 20 - é recomendada a capacitação em boas práticas para extração do óleo de copaíba;

- 21 – somente os comunitários capacitados poderão extrair o óleo para a comercialização;
- 22 – é proibido misturar óleos de copaíba de espécies diferentes e com outras substâncias;
- 23 – é proibido derrubar árvores para a retira de cipós;
- 24 – é recomendável fazer a capacitação de boas práticas para a extração do cipó;
- 25 – é proibida a derrubada de seringueira, castanheira, mogno, copaíba, andiroba e qualquer tipo de palmeiras;
- 26 – a extração e comercialização de madeiras somente serão permitidas por meio de um Plano de Manejo Florestal licenciado pelo órgão ambiental do estado (IPAAM);
- 27 – a retirada de madeira para o alto abastecimento (construção e/ou reforma de casa própria, construção e/ou reforma de canoa ou barco para uso próprio, construção de benfeitorias de uso comunitário) é permitida e deverá ser comunicada ao presidente da comunidade e os agentes ambientais;
- 28 – o consumo de madeira para subsistência dos comunitários e moradores do entorno poderá ser feito sem a exigência de um Plano de Manejo Florestal ;
- 29 – é proibido a extração de madeira na reserva por pessoas não moradoras da comunidade ou de seu entorno;
- 30 – para participar do Plano de Manejo Florestal Comunitário, o interessado deverá estar cadastrado na associação da comunidade, participar das reuniões e estar em dia com os pagamentos das mensalidades;
- 31 – moradores da reserva ou de seu entorno, interessados no Plano de Manejo Florestal Comunitário, deverão ser capacitados para a atividade;
- 32 – para as árvores caídas pela ação do vento ou morte por senescência (morte natural por velhice), o seu aproveitamento para fins comerciais só poderá ser realizado pelas comunidades por meio de apresentação de um projeto comunitário e com o aval do órgão licenciador;

33 - será penalizado o morador que não cumprir as regras do Plano de Manejo Florestal Comunitário. Haverá advertência na primeira vez, suspensão de seis meses da atividade na segunda vez e exclusão do grupo na terceira vez;

34 – os moradores de uma comunidade só poderão retirar madeira na área de uso de comunidades vizinhas somente com a autorização explícita da associação da comunidade vizinha, de seu presidente e de seus AAV;

35 – é proibido a extração de madeira por pessoas não moradoras da reserva ou de seu entorno em qualquer situação ou circunstância;

36 - a exploração de mel de abelha para fins comerciais deverá ser feita por meio de cultivo (meliponicultura) sendo preservados as colméias naturais. Para a criação comercial legalizada é necessária a retirada da colméia da mata mediante o uso de caixas iscas, previsto na legislação CONAMA nº 346, publicada em 17 de agosto de 2004 no Diário Oficial da União, sobre criação de animais silvestres;

37 - a extração para uso tradicional poderá ser feito buscando-se colméias naturais sem, entretanto envolver a derrubada de árvores;

38 - o treinamento para a prática da meliponicultura deverá ser orientado por órgão parceiros que detêm o conhecimento da técnica;

39 – incentiva-se a comercialização do mel por moradores da reserva e de seu entorno, por meio de associações comunitárias ou cooperativas;

40 – o mel de abelha, para fins comerciais não poderá ser misturado com açúcar, água ou outros produtos.

#### ***Regras quanto à prática da agricultura:***

1 - Cada família terá o direito a utilizar uma área para plantação (roça) no tamanho de 3 quadras por ano;

2 - só serão abertas clareiras para roçados em áreas em que suportem boa produção durante no mínimo dois anos;



- 3 - não se recomenda a derrubada de florestas primárias;
- 4 – em caso de necessidade de derrubada de mata para criação de roçados, só será permitido a derrubada de mata secundária;
- 5 – incentiva-se a derrubada seletiva, poupando espécies de valor para as comunidades; antes da queima incentiva-se o aproveitamento dos recursos passíveis de utilização, como madeiras, cipós, cascas, etc.
- 6 - o uso do fogo deverá ser feito de forma consciente, sendo o dono do roçado responsável pelo seu controle. Será necessário avisar o vizinho e isolar a área por meio de “aceiro” (isolamento da área);
- 7 - o não cumprimento da regra anterior reverterá em penalização que deverá ser estipulada a critério de cada comunidade;
- 8 - é proibido fazer roçado nas áreas estipuladas para a preservação ou naquelas com grande potenciais como açazais, potencial madeiro, palhais, castanheiras, seringueiras;
- 9 - não será permitida a abertura de roçado por pessoas de fora da RDS;
- 10 - é proibido o uso da pilha no combate a pragas bem como o seu descarte em quintais e/ou áreas próximas a igarapés;
- 11 - o uso de agrotóxico para combate às pragas só poderá ser feito mediante a orientação técnica;
- 12 - o uso de adubo orgânico deverá ser incentivado.

***Regras quanto aos recursos da fauna terrestre:***

Segundo a Lei 9605 de 1998, conhecida como “Lei de Crimes Ambientais”, no seu Artigo 37, inciso 1, fica estabelecido que *“não é crime o abate de animal quando realizado em estado de necessidade para saciar a fome do agente ou de sua família”*. O uso da fauna silvestre fica, portanto, respaldado por este artigo.

- 1 - O manejo da fauna silvestre só poderá ser realizado mediante Plano de Manejo aprovado pelas instituições gestoras e pelo Conselho Deliberativo e em concordância com a legislação ambiental vigente;

- 2 - é permitida a atividade de caça na área da RDS-PP somente para fins de subsistência de moradores locais;
- 3 - é proibida a venda de caça para pessoas não moradoras da RDS-PP para barcos de pesca, regatões e recreios, bem como para turistas e visitantes;
- 4 - não é permitida a atividade de caça como fonte de renda para moradores da reserva;
- 5 - não é permitida a atividade de caça para pessoas não moradoras da área da RDS-PP;
- 6 - é favorável que os moradores de cada comunidade realizem a atividade de caça em suas respectivas áreas, respeitando os zoneamentos e as regras específicas de cada setor;
- 7 - é favorável a não utilização de cães para caça, respeitando regras específicas de cada setor;
- 8 - é expressamente proibido o uso de qualquer tipo de armadilha para a atividade de caça na área da RDS-PP;
- 9 - é proibido matar animais que não serão utilizados para alimentação (ex. onça, lontra, boto), exceto em casos de perigo, para defesa de pessoas;
- 10 - é proibido matar qualquer animal fêmea (mãe) que esteja com filhotes;
- 11 - é proibido matar aves, principalmente patos e marrecas, na época da reprodução (“choca”), assim como coletar seus ovos e/ou seus filhotes;
- 12 - é proibido matar filhotes de qualquer espécie de animal;
- 13 - é proibido matar qualquer espécie de animal em grandes quantidades em cada caçada. Quantidades específicas (cotas) poderão ser discutidas e decididas em regras específicas de cada setor;
- 14 - somente para fins de pesquisa será permitida a captura e coleta de espécies incluídas nas listas de espécies ameaçadas do IBAMA e da IUCN, mediante autorização prévia dos órgãos competentes;
- 15 - é proibida a criação de animais da floresta amarrados ou presos em gaiolas;
- 16 - é proibido o uso da baladeira (estilingue) para ferir ou matar animais, sendo a responsabilidade dos pais;

17 – o comunitário local terá direito a levar até 3 (três) kilogramas de carne de caça em casos de viagens longas, com a finalidade de consumo ao longo da viagem;

18 - fica permitido o consumo de uma maior quantidade de quelônios e outros animais de caça durante datas comemorativas (festejos), porém a comercialização não é permitida;

19 - fica determinado que a pessoa que não respeitar alguma regra, o produto da caça será distribuída para os comunitários locais;

20 - fica determinado que em caso de desrespeito a alguma regra, o infrator terá sua arma apreendida por 90 (noventa) dias na primeira constatação e por 180 (cento e oitenta) em reincidências.

***Regras quanto aos recursos da fauna aquática:***

1 - É proibida a coleta, consumo e comercialização de quelônios na RDS-PP e em seu entorno, no seu período reprodutivo (junho a dezembro);

2 - é proibida a coleta de ovos de quelônios nas praias de desova para fins de consumo e comércio ilegal na RDS-PP e em seu entorno;

3 - as coletas de quelônios e ovos serão permitidas apenas com base em um plano de manejo específico baseado em monitoramento e pesquisa e aprovado pelos órgãos competentes;

4 - o abate de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e jacaré-tinga (*Caiman crocodilus*), só poderá ser autorizado mediante um Plano de Manejo aprovado pelos órgãos competentes (IBAMA, IPAAM e o órgão Gestor);

5 - na captura de jacaré será permitida a utilização de apetrechos seletivos quanto ao tamanho (arpão, malhadeiras, laços);

6 - é proibida a caça de jacarés para servir como isca para pesca de peixes;

7 - fêmeas de jacarés protegendo os ninhos não poderão ser abatidas;

8 - não é permitida a coleta de ovos de jacaré-açu e de jacaré-tinga na área da RDS-PP, salvo mediante autorização do IBAMA, para fins de pesquisa ou de monitoramento;

- 9 - é proibido o abate de jacaré-tinga com comprimento total inferior a 90 cm e de jacaré-açu inferior a 130 cm, mesmo que para fins de subsistência;
- 10 - as atividades de exploração de peixes ornamentais na área da RDS-PP deverão obedecer a legislação vigente, que consta de uma lista de 181 espécies (ou grupo de espécies) de água doce permitidas para a captura, o transporte e a comercialização (IBAMA, IN 203/2008);
- 11 - a exploração de raias poderá ser realizada mediante cumprimento da legislação específica para exploração, obedecendo cotas de abate de seis espécies de raias de água doce (Potamotrygonidae) (IBAMA, IN 204/2008);
- 12 – a exploração de peixe ornamental só será permitida mediante estudos de viabilidade econômica, ambiental e ecológica das espécies;
- 13 - a comercialização de peixes ornamentais deverá ser feita em nível de cooperativa ou associações de forma que garanta a partição justa dos benefícios;
- 14 - a atividade de exploração de peixes ornamentais deverá respeitar as regras de zoneamento e ordenamento específicos para a atividade;
- 15 – é permitida a pesca de “caixinha” para moradores da RDS, respeitando as regras de cada setor;
- 16 – é permitida a entrada da frota pesqueira respeitando as regras de cada setor;
- 17 - os barcos da frota pesqueira só poderão pescar na área da RDS com autorização da SDS/CEUC os quais deverão estar registrados nas colônias de pescadores;
- 18 - é proibido fechar boca de lago, realizar batção e utilizar arrastão;
- 19 – é proibido fechar boca de lagos e igarapés para a pesca do peixe gordo e pescaria de capa-saco;
- 20 – é proibido a utilização de qualquer tipo de veneno para matar peixes nos lagos da RDS-PP;
- 21 – é proibido o desperdício de peixes nos lagos e rios da RDS-PP
- 22 – é obrigatório o uso de rede “escolhedeira” para todos os barcos da frota que atuem na reserva;

23 – é proibido matar boto em qualquer circunstâncias (inclusive para servir de isca para a pesca da piracatinga);

24 - a exploração dos recursos pesqueiros será prioritariamente focada no manejo (zoneamento e ordenamento) dos recursos e atividade;

25 - projetos de piscicultura, quer sejam em tanques escavados ou tanques rede e canais de igarapés, só poderão ser realizados em caso de comprovada necessidade, estes somente poderão ser desenvolvidos utilizando-se alevinos e matrizes capturados no próprio local;

26 – a prática da piscicultura só poderá ser realizada mediante um estudo técnico que identifique as áreas propícias à sua implementação, considerando a viabilidade técnica e ambiental e mediante a autorização das instituições competentes;

27 - é permitida o manejo de pirarucu e quelônios para subsistência;

28 – a captura e comercialização do pirarucu só será permitida para pescadores moradores e mediante autorização e mediante a um Plano de Manejo;

29 – é proibido fechar boca de lago e igarapé;

30 – é proibido fazer batção;

31 – é proibido utilizar qualquer tipo de veneno nos lagos reservados para a pesca de subsistência.

***Regras quanto à convivência comunitária:***

1 - A imigração de novos assentamentos ou comunidades deverá ser regulamentada pelo órgão gestor;

2 – A entrada de novos moradores (parente ou não parente) será permitida desde que cumpram as regras da comunidade;

3 – o novo morador terá um tempo (estipulado pela comunidade) de observação sobre sua conduta;

- 4 – caso não se ajustem as regras, os novos moradores estarão sujeitos a uma advertência dada pelo presidente e conselheiros, com a ciência de todos os moradores;
- 5 – em caso de reincidência de desobediência às regras, o novo morador será convidado a se retirar dos limites da reserva;
- 6 – moradores donos de flutuantes, em caso de mudança de endereço, poderão levá-los sem nenhum impedimento;
- 7 – visitantes (parentes e não parentes) não poderão fazer uso de recursos naturais da reserva para comércio, sendo permitido apenas para subsistência;
- 8 – a entrada de visitantes não parentes só pode ocorrer com a autorização do órgão gestor, a qual deverá ser mostrada para o presidente da comunidade e/ou conselheiros;
- 9 – pesquisadores só poderão desenvolver suas pesquisas mediante autorização do órgão gestor, com o comprometimento de apresentar seus objetivos às comunidades;
- 10 – a licença expedida pelo órgão gestor não exime ao pesquisador a responsabilidade de apresentação de licenças exigidas pelo IBAMA para coleta de material científico, nem a apresentação da avaliação de comitês de ética quando sua pesquisa assim a exigir;
- 11 – o lixo produzido na comunidade deve ser queimado ou enterrado e não jogado nas matas ou rios;
- 12 – todas as casas precisam ser equipadas com fossa sanitária;
- 13 – todos os comunitários são responsáveis pela limpeza de áreas de uso em comum;
- 14 – todos os barcos são responsáveis pelo recolhimento de seu lixo e não deverão deixá-lo na reserva;
- 15 – os barcos só poderão trafegar em frente as comunidade em velocidade baixa, no meio do canal, de modo a não causar danos aos comunitários;
- 16 – não será permitida a criação excessiva de animais de grande, médio e pequeno porte em áreas comunitárias;
- 17 - a criação de animais de médio e pequeno porte poderá ser feita desde que em áreas cercadas na propriedade de cada morador;

- 18 - é proibida a captura de animais silvestres para criação como animal de estimação;
- 19 – animais já domesticados poderão continuar na convivência do morador;
- 20 – a criação de gado bovino será decidida em cada comunidade;
- 21 - é obrigatório a indicação de duas pessoas como responsáveis pelos bens públicos (gerador de luz, telefone comunitário, voadeira comunitária etc.) em cada comunidade;
- 22 – todos os equipamentos de uso comum devem ser utilizados com zelo e cuidado por todos os moradores e usuários;
- 23 – é obrigatória a participação de no mínimo 50% dos moradores em reuniões comunitárias. A participação deve ser aberta para homens e mulheres;
- 24 – todos os associados precisam estar em dia com suas mensalidades;
- 25 - as futuras atividades de turismo não poderão comprometer a integridade da RDS-PP.

## **15. Estratégia Geral de Gestão**

O foco da estratégia geral de gestão da RDS-PP deverá ser centrado no ordenamento e regulamentação de todas as atividades existentes na reserva envolvendo a participação de instituições parceiras que contribuam para o bem estar da unidade considerando os elementos físicos e humanos. As ações já iniciadas na fase do pré-plano de gestão e aquelas futuras necessitam ter a garantia de recursos orçamentários e de capital humano qualificado de modo a permitir sua evolução contínua para o alcance satisfatório de metas e objetivos estabelecidos.

As questões fundiárias dentro da reserva são pontos cruciais que precisam ser resolvidos. Na RDS-PP existem terras particulares, federais e estaduais. A sobreposição de áreas de uso de moradores com áreas privadas causa conflitos entre proprietários e comunitários. A regularização fundiária é um dos pontos principais a serem resolvidos na RDS-PP e que permitirá a extinção de conflitos sociais por uso da terra e a implementação de diversas ações que visem melhor apoio às comunidades. As glebas federais que estão sob a

jurisdição do INCRA são destinadas aos programas de assentamentos como PAE e PDS. Esses programas são bem aceitos pelos comunitários, entretanto precisam de acompanhamento contínuo do INCRA em parceria com o órgão gestor para o melhor aproveitamento dos recursos destinados aos comunitários. A expansão desses programas para comunidades localizadas na reserva, mas fora dos limites da gleba federal deve ser pensada visto a situação precária de moradias, dificuldades de acesso a equipamentos e materiais de trabalho, além da falta de assistência social, comuns aos moradores, principalmente das comunidades mais interioranas.

Concomitante a isso, faz-se necessário o aprimoramento no nível de organização social das comunidades para que possam exercer sua cidadania, garantindo seus direitos à uma vida mais digna e com acesso aos serviços básicos como escola e educação, e cumprindo com seus deveres de cidadão. A gestão da RDS-PP precisa ser realizada de forma participativa tornando seus moradores e usuários sujeitos de todas as ações. Comunidades mais organizadas aumentam o nível de efetividade dos feitos que promovem a qualidade de vida dos moradores tornando-os modelo da sociedade a ser replicado em outras partes da região amazônica.

Há a necessidade dos gestores e parceiros trabalharem em alternativas que garantam incremento de renda aos comunitários através de práticas sustentáveis de uso de recursos. Para isso estudo da cadeia produtiva desses produtos elegíveis como fontes alternativas precisa ser desenvolvido de maneira sólida a fim de que seja avaliada a sua efetividade em todos os seus aspectos comerciais para que realmente tragam benefícios econômicos à comunidade.

Também como estratégia, deve-se estimular intensamente a valorização dos serviços ambientais passíveis de serem comercializados. Dessa maneira evita-se o desmatamento em troca da comercialização de carbono no mercado internacional. O comércio saudável, competitivo e aberto, deverá ser incentivado em substituição ao monopólio que se baseia em uma posição ditatorial de engessamento de preços, prática prejudicial ao crescimento do mercado. Os recursos oriundos deste comércio mais competitivo deverão ser revertidos à UC e caberá ao Conselho Deliberativo a decisão da percentagem



do valor arrecadado pelos serviços ambientais a ser aplicado diretamente na RDS-PP.

#### *Zonas de expansão da RDS-PP*

Muitas são as ameaças à integridade da reserva e estas podem aumentar cada vez mais, se medidas de contenção não forem adotadas. Na área norte, a presença de extensa área de várzea, formada por um complexo de lagos e canais, é alvo constante de entradas clandestinas de barcos que acabam explorando os recursos naturais da reserva de forma desordenada, colocando em risco a biodiversidade local. A pavimentação da BR-319 pode se tornar uma ameaça à expansão rural ao longo da margem direita do rio Purus facilitada pela constante abertura de ramais vicinais que ligam a rodovia aos inúmeros novos vilarejos e desses ao rio Purus em sua margem direita. A proposta de expansão dos limites da RDS-PP (Figura 11 e tabela 7 e anexo tabela 23) poderá ser uma das estratégias a serem adotadas objetivando este controle e promovendo mais áreas protegidas na Amazônia.

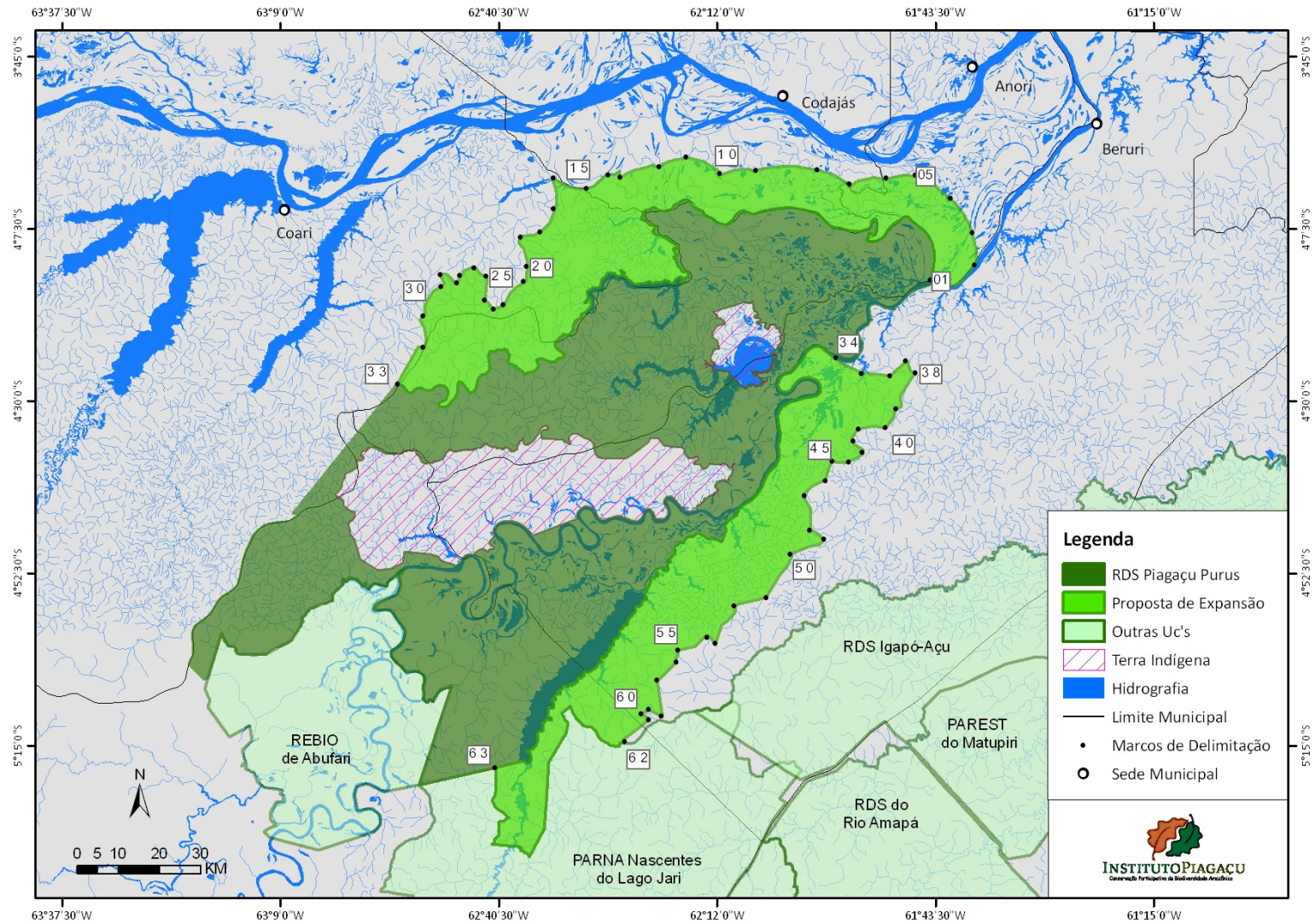


Figura 11 – Proposta de expansão dos limites da RDS-PP

Tabela 7. Marcos geográficos delimitando os limites da proposta de expansão da RDS-PP

Marco	Long	Lat	Marco	Long	Lat	Marco	Long	Lat
1	-61,73540	-4,23693	30	-62,79919	-4,25066	50	-62,03952	-4,83234
5	-61,76894	-4,00901	33	-62,89434	-4,46311	55	-62,28406	-5,04216
10	-62,19290	-4,00467	34	-61,94086	-4,40557	60	-62,36509	-5,17962
15	-62,48375	-4,03795	38	-61,76741	-4,43838	62	-62,40112	-5,24120
20	-62,61398	-4,20725	40	-61,83260	-4,55742	63	-62,68211	-5,29785
25	-62,70224	-4,22895	45	-61,94981	-4,63121			

A expansão ao norte poderá cobrir a área de várzea que atualmente faz parte da zona de amortecimento proposta, indo até as cabeceiras do lago Uauaçu, o que garante proteção do lago em sua porção mais superior. A inclusão dessa área acresce cerca de 262.000h aos limites da RDS-PP. Na margem direita do rio Purus a expansão poderá se estender à área sudeste desde a fronteira do lago Jari com o PARNA Nascentes do Jari, englobando a região de Paricatuba. Esta comunidade, quando da realização das reuniões Setoriais ocorridas em abril e maio de 2008, manifestou seu interesse em se tornar parte da RDS-PP. Grande parte desse polígono de cerca de 240.000ha também coincide com a zona de amortecimento proposta neste volume.

A proposta de expansão como estratégia de gestão deverá ser mais detalhadamente estudada para as definições mais concretas dos novos limites da reserva. Essas áreas a serem expandidas juntamente com o atual limite e as conexões com as outras áreas de proteção existentes (TI Lado Ayapuá, TI Itixi-Mitari, REBIO Abufari e PARNA Nascentes do Jari) formam um grande corredor ecológico de importância fundamental para conservação da biodiversidade.

A Gestão dessa área deverá ser realizada em forma de mosaico visto a complexidade imposta pelas características de cada região. Parcerias governamentais nas diferentes esferas federais e estaduais para sua gestão deverá ser uma das ações estratégicas mais necessárias para se alcançar a

efetividade na preservação dessa área e atingir as metas e objetivos aqui propostos.

## 16. Programas de Gestão

Os programas de gestão da RDS-PP tem como base principal as demandas e prioridades estabelecidas durante a elaboração do diagnóstico que compôs o Volume I deste Plano de Gestão e dos objetivos da UC considerando também a Missão e Visão de Futuro construídas em Oficinas Participativas nas comunidades. Os programas aqui estabelecidos (sete programas e 14 sub-programas) foram construídos com a perspectiva de um cenário para cinco anos, com atividades detalhadas semestralmente indicadas por setor. Os Programas abaixo descrevem as atividades a serem implementadas no tempo e no espaço e se constituem em um roteiro de gestão para a RDS-PP:

### 16.1 Programa de Zoneamento:

Este programa (Tabela 8) deverá ser desenvolvido como prioridade número 1, pois se caracteriza como pré-requisito para outros programas. Consiste em atividades referentes à complementação do zoneamento terrestre para os setores localizados no norte da RDS-PP (setores: Caua-Cuiuanã, Ayapuá, Itapuru e Uauaçú) e o zoneamento terrestre e aquático para os setores localizados na região sul da RDS-PP (setores: Jari-Arumã, Paraná do Jari e Supiá-Três Bocas).

As atividades previstas dentro deste programa seguem os mesmos passos metodológicos aplicados no zoneamento aquático realizado nos setores da região norte da RDS-PP e inclui a necessidade da complementação dos levantamentos biológicos para a definição de áreas de proteção integral.

Articulações institucionais entre gestor, ICMBio e FUNAI serão primordiais para o desenvolvimento deste programa visto a existência de comunidades indígenas localizadas dentro da RDS-PP e áreas de uso de comunidades da reserva localizadas em áreas das UC federais (REBIO Abufari e PARNA Nascentes do Jari).

Tabela 8. Programa de Zoneamento

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																		
							1		2		3		4		5										
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2									
planejamento conjunto com instituições parceiras	articulação institucional entre os gestores das UC's vizinhas (PNNJ e REBIO Abufari) e TI's para apresentação da proposta de zoneamento	agenda conjunta de execução entre as instituições envolvidas	articulação com instituições parceiras	atas das reuniões de sensibilização e mobilização	IPi e CEUC	Manaus																			
planejamento conjunto com instituições parceiras	Oficina de capacitação (legislação e manejo) e mobilização para o zoneamento e regras de uso dos recursos pesqueiros	agenda conjunta de execução entre as instituições envolvidas	articulação com instituições parceiras	atas das reuniões de sensibilização e mobilização	IPi e CEUC	Manaus																			
planejamento conjunto com instituições parceiras	apresentação do processo do zoneamento aquático do norte para as comunidades tradicionais e indígenas	Comunidades sensibilizadas para participar do processo	cronograma físico-financeiro aprovado	Atas das reuniões	IPi, CEUC, FUNAI, SEIND e ICMBIO	JÁ																			
						PJ																			
						ST																			
						ENTORNO (Paricatuba, com indígenas)																			
levantamento de informações	diagnóstico do uso de recursos aquáticos/terrestres e conflitos	Informações técnicas disponíveis para o levantamento de propostas de zoneamento e de áreas prioritárias para	Comunidades sensibilizadas e cronograma físico-financeiro aprovado	Atas de reuniões com os grupo de usuários; relatórios técnicos	INCRA /ITEAM/ CEUC	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JÁ																			

		proteção				PJ														
						ST														
						EN (Paricatuba, com. indígenas)														
levantamento de informações	Toponímias dos corpos d'água completos e georreferenciados	100% dos corpos d'águas identificados e georreferenciados	Áreas de uso mapeadas, Comunidades sensibilizadas e cronograma físico-financeiro aprovado	Mapas/bases	IPi	JÁ														
						PJ														
						ST														
						EN (Paricatuba, com. indígenas)														
levantamento de informações	Mapeamento e indicação de áreas prioritárias para conservação das espécies	mapas temáticos para e grupos taxômicos	levantamentos complementares de flora e fauna concluídos	Mapas temáticos elaborados	IPi / INPA / UFAM / CEUC/ WCS	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JÁ														
						PJ														
						ST														
						EM														
levantamento de informações	Levantamento da situação fundiária	100% da Reserva e entorno mapeada e identificadas (particulares, devolutas, glebas federais e estaduais, etc.)	articulação institucional entre as partes envolvidas no processo	Mapas da situação fundiária entregues pelos órgãos competentes	INCRA /ITEAM/ CEUC	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JÁ														
						PJ														
						ST														

						EM																			
levantamento de informações	oficina com instituições parceiras para nivelamento de informações sobre o uso de recursos e os conflitos associados.	planejamento conjunto para execução do processo de zoneamento e regras de uso	Informações técnicas necessárias para o levantamento de propostas	ata da reunião e planejamento estratégico para a execução do processo	IPi, CEUC, FUNAI, SEIND e ICMBIO	Manaus																			
capacitação comunitária	Oficinas de capacitação dos comunitários sobre legislação e manejo de recursos naturais com ênfase nas propostas de zoneamento	100% das comunidades capacitadas	Comunidades sensibilizadas para participar do processo e recursos disponíveis	relatórios técnicos, atas de reuniões, oficinas realizadas	IPI / INPA / UFAM / CEUC/ WCS	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JÁ																			
						PJ																			
						ST																			
						EM																			
Nivelamento de informações	oficina com instituições parceiras para nivelamento de informações sobre o uso de recursos e os conflitos associados	planejamento conjunto para execução do processo de zoneamento e regras de uso	Informações técnicas necessárias para o levantamento de propostas	ata da reunião e planejamento estratégico para a execução do processo	IPi, CEUC, FUNAI, SEIND e ICMBIO	Manaus																			
Construção das propostas	Construção de propostas de uso dos recursos pelos grupos usuários internos, do entorno e externos à reserva	Propostas de zoneamento construídas	recursos disponíveis para pessoal e material de consumo	Mapa e relatório com referencial descritivo das propostas	IPi, FUNAI e SEIND	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JÁ																			
						PJ																			

						ST																		
						EN (Paricatuba, com. indígenas)																		
Construção das propostas	Oficinas interdisciplinares de construção de propostas de zoneamento de base técnico-científica	Propostas de zoneamento construídas	recursos disponíveis para pessoal e material de consumo	Mapa e relatório com referencial descritivo e justificativa das propostas	IPI, CEUC, FUNAI, SEIND e ICMBIO	Manaus																		
Reuniões Setoriais	Discussão, dimensionamento e definição de orçamento para novas reuniões setoriais	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	propostas construídas	cronograma de atividades; cronograma orçamentário; agenda de tarefas	CEUC/SDS e Ipi / ICMBio / FUNAI	Manaus																		
Reuniões Setoriais	Articulação com Instituições para a realização do segundo ciclo de reuniões setoriais	instituições convidadas	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	Contatos oficializados	CEUC / IPI/ FUNAI / ICMBio	Manaus																		
Reunião Setoriais	Realização das Reuniões Setoriais	Elaboração de documento(s) final(is) contendo o zoneamento e as regras para cada área	propostas de zoneamento e regras de uso de recurso e cronograma físico-financeiro aprovado	propostas unificadas de mapas do zoneamento e regras por setor	IPI, CEUC, FUNAI e ICMBIO	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JÁ																		
						PJ																		
						ST																		
EN (Paricatuba, com.																								



						indígenas											
Conclusão do Zoneamento	Encaminhamento para o jurídico do CEUC, ICMBIO e FUNAI	Respaldo jurídico institucional	Documento de zoneamento e regras elaborado	Protocolos de submissão de documentos	CEUC e IPI	Manaus											
Conclusão do Zoneamento	Encaminhamento do produto e do processo devidamente documentado ao conselho da RDS-PP	aprovação do processo pelo conselho deliberativo da RDS-PP	Respaldo jurídico do processo	Ata da(s) reunião(ões) realizadas pelo conselho da RDS-PP para avaliação do plano.	IPI, CEUC, FUNAI, SEIND e ICMBIO	Manaus											

versão para consulta pública

## 16.2 Programas de Conhecimento

### 16.2.1 Subprograma de Pesquisa

As atividades de Pesquisa (Tabela 9) visam o conhecimento amplo da biodiversidade presente na reserva gerando informações para o manejo e/ou monitoramento dessas ações a serem desenvolvidas na região. As atividades incluem também caracterização abiótica dos cursos d'água e os estudos sociais por meio de caracterização sócio-econômicas dos moradores e usuários que se utilizam da reserva. O Sub-Programas está composto de diferentes linhas de ações:

1. *Inventários Biológicos*
2. *Biologia e ecologia de espécies*
3. *Caracterização abiótica do meio ambiente*
4. *Caracterização sócio-econômica das comunidades*

### 16.2.2 Subprograma de Monitoramento Ambiental

O Monitoramento Ambiental (Tabela 10) consistirá do acompanhamento das atividades de pesquisas no intuito de se perceber alterações temporais frente às possíveis intervenções de manejo aplicadas aos recursos naturais. Para essas atividades poderão ser incluídos os protocolos de monitoramento do ProBUC já existentes. O acompanhamento das condições sócio-econômicas terão como objetivo avaliar as intervenções realizadas nos limites da reserva e as conseqüências quanto ao incremento da qualidade de vida de seus moradores.

Tabela 9. Subprograma de Pesquisa

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																
							1		2		3		4		5								
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2							
Inventários Biológicos	Levantamentos complementares florísticos e faunísticos (vertebrados e invertebrados), com ênfase nos grupos taxonômicos ainda não amostrados (aves, mamíferos, flora) distribuição, abundância, status de conservação e principais ameaças as espécies	obter listas de espécies e informações sobre distribuição, abundância, status de conservação e principais ameaças as espécies	Elaboração de TDR específica para cada grupo taxonômico; articulação com instituições de pesquisa; busca de recursos financeiros	Relatórios técnicos; contendo mapas de distribuição e indicação de áreas prioritárias para a conservação das espécies, 2. publicações científicas e material de divulgação.	IPI, INPA, UFAM, WCS	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
EN																							
Inventários Biológicos	Inventários biológicos das espécies madeireiras potenciais	obter listas de espécies e informações sobre distribuição, abundância, status de conservação e principais ameaças as espécies	Contratação de parabiólogos e engenheiros florestais como consultores	Lista de espécies identificadas e catalogadas	CEUC	CC																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						EN																	
Biologia e	Estimar distribuição	Mapeamento da	Garantia econômica das	Publicações	IPI, UFAM, INPA,	JA																	

Ecologia de Crocodilianos	e abundância das quatro espécies de jacarés	área de distribuição das quatro espécies; e conhecimento do status populacional das espécies	atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração contínua com outras instituições de pesquisa	científica; apresentação em congressos ou workshop; banco de dado	CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WC	PJ																		
						ST																		
Biologia e Ecologia de Crocodilianos	Estudo sobre biologia e ecologia reprodutiva de <i>Caiman crocodilus</i> e <i>Melanosuchus niger</i>		Garantia econômica das atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração contínua com outras instituições de pesquisa	Publicações científicas; apresentação em congressos ou workshop; banco de dados;	IPI, UFAM, INPA, CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
Biologia e Ecologia de	Estudo sobre genética populacional		Garantia econômica das atividades a serem	Publicações científicas;	IPI, UFAM, INPA, CNPq, IBAMA,	CC																		
						IT																		

Crocodilianos	de <i>C. crocodilus</i> e <i>M. niger</i>		realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração continua com outras instituições de pesquisa	apresentação em congressos ou workshop; banco de dados	ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	EN (Paricatuba)																			
Biologia e Ecologia de Crocodilianos	Estudo sobre a dieta das quatro espécies de crocodilianos		Garantia econômica das atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração continua com outras instituições de pesquisa	Publicações científicas; apresentação em congressos ou workshop; banco de dados	IPI, UFAM, INPA, CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
EN																									
Biologia e	Estudo sobre		Garantia econômica das	Publicações	IPI, UFAM, INPA,	CC																			

Ecologia de Crocodilianos	desenvolvimento gonadal em <i>C. crocodilus</i> e <i>M. niger</i>		atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração contínua com outras instituições de pesquisa	científicas; apresentação em congressos ou workshop; banco de dados	CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	IT																			
Biologia e Ecologia de Crocodilianos	Estudo da Taxa de Crescimento em recém nascidos		Garantia econômica das atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no PCC; colaboração contínua com outras instituições de pesquisa	Publicações científica; apresentação em congressos ou workshop; banco de dados	IPI, UFAM, INPA, CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	CC																			
						IT																			
Biologia e Ecologia de Crocodilianos	Avaliação da distribuição e abundância das espécies do gênero <i>Paleosuchus</i>		Garantia econômica das atividades a serem realizadas no campo e no laboratório; ampliação do número de pessoas atuando no	Publicações científica; apresentação em congressos ou workshop; banco de dados	IPI, UFAM, INPA, CNPq, IBAMA, ICMBio, SDS/CEUC, IPAAM, WCS	EN (Paricatuba)																			
						CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			

			PCC; colaboração continua com outras instituições de pesquisa			PJ																		
						ST																		
						EN																		
Fauna Cinegética	Censos populacionais das espécies terrestres de fauna cinegética mais utilizadas na RDS-PP		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Fauna Cinegética	Censos populacionais de aves aquáticas sujeitas à caça de subsistência e ilegal (comercial e esportiva)		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Fauna Cinegética	Mapeamento dos locais de reprodução		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Fauna Cinegética	Censos populacionais de aves aquáticas sujeitas à caça de subsistência e ilegal (comercial e esportiva)		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		

Fauna Cinegética	Avaliação das populações, migrações sazonais, áreas de uso, caça e identificação das áreas prioritárias para a conservação do peixe-boi		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Fauna Cinegética	Censos populacionais, identificação das áreas prioritárias para a conservação de botos e tucuxis		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Fauna Cinegética	Avaliação do status populacional e mapeamento das áreas de reprodução de quelônios aquáticos (ênfase em <i>Peltocephalus</i> e <i>Podocnemis</i> )		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	PI/Monitores RDS-PP/CEUC/INPA/UFAM	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
Recursos florestais não madeireiros	Avaliação do status populacional de espécies florestais não-madeireiras tradicionalmente utilizadas (ex. castanha-do-Brasil e o açaí)		mapeamento das áreas de castanhais e açazais e recursos	relatórios técnicos	IPi/INPA/UFAM	IT																		
						AY																		
						PJ																		
						ST																		
Recursos florestais não madeireiros	avaliação do status populacional das espécies de animais dispersores de	censos realizados em no mínimo 10% dos castanhais	Conhecer quais espécies dispersoras; castanhais mapeados	relatórios técnicos	IPi/INPA/UFAM	IT																		
						AY																		
						PJ																		





						ST													
						EN													
Diagnóstico da pesca e potencial de manejo do pirarucu	Realizar levantamentos sobre o histórico da exploração do pirarucu e locais mais indicados ao manejo da espécie	mapa elaborado com os locais mais indicados ao manejo da espécie e seu histórico de uso	recursos	Relatórios técnicos e trabalhos científicos publicados	IPI	JA													
						PJ													
						ST													
informações básicas para manejo	estudos de dinâmica populacional, deslocamentos e áreas de uso do pirarucu	refinamento de informações biológicas que subsidiem o manejo	mapa com locais mais indicados ao manejo	Relatórios técnicos e trabalhos científicos publicados	IPI	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
Manejo de pirarucu	zoneamento das áreas; criar propostas de áreas de preservação baseadas em estudos ecológicos e populacionais	incluir e adequar no zoneamento aquático os locais mais indicados para proteção do pirarucu	Áreas identificadas e apoio a pesquisas	Relatórios técnicos e trabalhos publicados	IPI	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN (Paricatuba)													
Caracterização das condições sanitárias de água e solo	levantamento dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos de	Deteção de níveis de contaminação de água e solo	Articulação institucional e disponibilidade de técnicos especializados	relatórios técnicos e trabalhos científicos em	UFAM/ INPA/ UEA/	CC													
						IT													
						AY													

	água e solo nas proximidades das comunidades de moradores	nocivos à saúde humana	e de recursos.	revistas especializadas		UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
						CC													
						IT													
						AY													
Biologia, ecologia e pesca de aruanãs	estudos de ecologia, biologia e pesca de aruanãs através do conhecimento tradicional	informações básicas levantadas até final do primeiro semestre de aprovação do plano	Recursos	relatórios técnicos	IPI	EN (Paricatuba)													
						CC													
						IT													
						AY													
Biologia, ecologia e pesca de aruanãs	ecologia, biologia e pesca de aruanãs através do conhecimento científico	informações básicas levantadas até final do primeiro semestre de aprovação do plano	Recursos	relatórios técnicos	IPI	EN (Paricatuba)													
						CC													
						IT													
						AY													
Protocolo de manejo do Aruanã	desenvolvimento, testes e validações de ferramentas de manejo pré e pós captura de alevinos e adultos de aruanãs	estabelecer um leque de ferramentas de manejo validadas até o terceiro semestre de aprovação do plano	Recursos	relatórios técnicos	IPI	EN (Paricatuba)													
						CC													
						IT													
						AY													
Protocolo de manejo do	exploração sistemática nas áreas	monitorar os impactos de	Recursos	relatórios técnicos	IPI	CC													
						IT													

Aruanã	de manejo distintas durante um período de dois anos	cada atividade de exploração por dois anos, a partir do terceiro ou quarto semestre de aprovação do plano.				AY																	
						EN (Paricatuba)																	
Protocolo de manejo do Aruanã	avaliação da viabilidade econômica e ecológica das diferentes atividades de exploração testadas	monitorar os impactos de cada atividade de exploração por dois anos, a partir do terceiro ou quarto semestre de aprovação do plano.	Recursos	relatórios técnicos	IPI	CC																	
						IT																	
						AY																	
						EN (Paricatuba)																	
Biologia, ecologia e pesca de peixes ornamentais	Realizar levantamento de espécies potenciais de peixes ornamentais	Levantamento de espécies potenciais realizado	Contínuo incentivo e apoio à pesquisa científica; recursos financeiros	Relatórios técnicos; publicações científicas; material de divulgação; banco de dados que aponte o diagnóstico e as atividades potenciais.	IPI, INPA, CEUC/SDS; UFAM, ICMBio; IBAMA; MPA	AY																	
						UA																	
						JA																	
						EN (Chaviana e Paricatuba)																	
Biologia, ecologia e	Realizar levantamento sobre o	Histórico e status da pesca	Contínuo incentivo e apoio à pesquisa	Relatórios técnicos,	IPI, INPA, CEUC/SDS; UFAM	CC																	
						IT																	





Tabela 10. Subprograma de Monitoramento Ambiental

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																		
							1		2		3		4		5										
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2									
Monitoramento de fauna	Monitorar as populações das espécies da fauna, em especial aquelas de maior interesse conservacionista	Obter informações continuadas das abundâncias e distribuição das espécies da fauna, em especial as raras e/ou ameaçadas	Inventários de fauna concluídos e analisados	banco de dados; relatórios técnicos; publicações científicas; apresentações	IPI, INPA, UFAM, WCS	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Monitoramento de fauna	Monitorar as populações das espécies da fauna nas diferentes categorias de zoneamento	Obter informações continuadas das abundâncias e distribuição das espécies da fauna em áreas de proteção e subsistência	Inventários de fauna concluídos e analisados	banco de dados; relatórios técnicos; publicações científicas; apresentações	IPI, INPA, UFAM, WCS	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Monitoramento das populações e do uso de crocodilianos	Monitoramento científico da abundância das populações de jacarés em áreas de proteção		Financiamentos; capacitação de pessoal (profissionais, técnicos, monitores locais); protocolos integrados de	Relatório técnicos;	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, WCS, IDSM, Associação de	CC																			
						IT																			
						EN (Paricatuba)																			

			monitoramento científico entre subprogramas do IPI e entre outras UC do estado.		moradores																		
Monitoramento das populações e do uso de crocodilianos	Monitoramento científico da abundância das populações de jacarés em áreas de uso		Financiamentos; capacitação de pessoal (profissionais, técnicos, monitores locais); protocolos integrados de monitoramento científico entre subprogramas do IPI e entre outras UC do estado.	Relatório técnicos;	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, WCS, IDSM, Associação de moradores	CC																	
						IT																	
						EN (Paricatuba)																	
Monitoramento das populações e do uso de crocodilianos	Monitoramento comunitário da abundancia das populações de jacarés em área de diferentes categorias de uso		Financiamentos; capacitação de pessoal (profissionais, técnicos, monitores locais); protocolos integrados de monitoramento comunitário entre subprogramas do IPI e entre outras UC do estado.	Relatório técnicos; sistema de monitoramento comunitário eficiente, econômico e fortemente integrado com outros sub-programas (pirarucu, quelônios, social, fiscalização)	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, WCS, IDSM, Associação de moradores	CC																	
						IT																	
						EN (Paricatuba)																	
Monitoramento das populações e do uso de crocodilianos	Monitoramento científico das áreas de reprodução em áreas de proteção: densidade dos		Financiamentos; capacitação de pessoal (profissionais, técnicos, monitores	Relatório técnicos; sistema de monitoramento comunitário eficiente,	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM,	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	







						PJ													
						ST													
						CC													
Monitoramento da caça e das populações das espécies utilizadas	Monitoramento do status populacional da fauna cinegética		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	IPI/Monitores RDS-PP (CEUC)/ WCS/UFAM	IT													
						AY													
						UA													
						JA													
Monitoramento da caça e das populações das espécies utilizadas	Monitoramento das populações e sucesso reprodutivo das aves aquáticas e dos locais de reprodução		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	IPI/Monitores RDS-PP (CEUC)/ WCS/UFAM	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
Monitoramento da caça e das populações das espécies utilizadas	Monitoramento das populações, deslocamento sazonal e uso do peixe-boi		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	IPI/Monitores RDS-PP (CEUC)/ WCS/UFAM	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
Monitoramento da caça e das populações das espécies utilizadas	Monitoramento das populações de botos e da caça para isca para pesca da piracatinga		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	IPI/Monitores RDS-PP (CEUC)/ WCS/UFAM	CC													
						IT													
						AY													
Monitoramento da caça e das populações das espécies utilizadas	Monitoramento populacional, áreas de reprodução e sucesso reprodutivo de quelônios aquáticos		Captação de recursos e treinamento de pessoal	Relatórios elaborados e Formulários preenchidos	IPI/Monitores RDS-PP (CEUC)/ WCS/UFAM	CC													
						IT													
						AY													









## 16.3 Programas de Uso Público

### 16.3.1 Subprograma de Recreação

A utilização da reserva como uso público poderá ser realizada por meio de atividades de ecoturismo sustentável em áreas ainda a serem definidas na reserva. As atividades turísticas e de visitação poderão ser desenvolvidas como alternativa de geração de renda através da geração de empregos. O programa deverá ser iniciado através do levantamento de possíveis parcerias e interesses, e de diagnósticos das potencialidades naturais, bem como facilidades de infra-estrutura. Apesar da grande beleza cênica, essa atividade ainda se mostra bastante incipiente, apesar do grande interesse por parte de algumas comunidades. As atividades referentes a esse programa se baseiam no levantamento de pré-requisitos básicos sua implementação (Tabela 11).

### 16.3.2 Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental

As atividades de educação ambiental se destinam a transmissão de conhecimentos gerados por meio da pesquisa que precisam ser divulgadas nas escolas e comunidades. Essas atividades ajudam no desenvolvimento de uma consciência mais ecológica e responsável por parte de seus moradores e na propagação de atitudes benéficas ao meio ambiente (Tabela 12).

### 16.3.3 Subprograma de Divulgação

As atividades de divulgação se constituem na elaboração de panfletos, folders, cartilhas que ajudem a divulgar os objetivos da reserva e os resultados de todas as ações ali realizadas (Tabela 13)



Tabela 11. Subprograma de Recreação

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)								
							1	2	3	4	5				
							1	2	1	2	1	2			
Ecoturismo	levantar os potenciais e dificuldades de implementação de projetos de turismo sustentável	avaliar as potencialidades da reserva como destino de ecoturistas	articulação institucional;	relatórios técnicos	IPI, CEUC	Manaus									
						CC									
						IT									
						AY									
						UA									
						JA									
						PJ									
						ST									
						EN									
Ecoturismo	Encontrar parceiros interessados Montar planejamento das atividades com potencial para ecoturismo (terra firme, várzea, fauna e flora). Discutir junto as comunidades o nível de interesse e organização	Promover atividades de ecoturismo na área da RDS Piagaçu Purus	Planejamento pronto e orçamento das atividades Colaboração com parceiros do setor	Retorno economicos nas comunidades realizando a atividade Envolvimento de outras comunidades e setores Novas propostas aparecendo	SDS/CEUC-IPAAM, IBAMA, AmazonasTur, secretarias varias	CC									
						IT									
						AY									
						UA									

							JA											
							PI											
							ST											
							EN											

Versão para consulta pública

Tabela 12. Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																		
							1		2		3		4		5										
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2									
Articulação com escolas locais para ensino dos objetivos das reservas de desenvolvimento sustentável	capacitar professores para ministrarem aulas sobre os objetivos das reservas de desenvolvimento sustentável	formar agentes multiplicadores e sensibilizar os moradores	articulação com prefeituras e escolas	relatórios técnicos;	Prefeituras; CEUC/ AVV/ IPI	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
						EN																			
Articulação com escolas locais para ensino dos objetivos das reservas de desenvolvimento sustentável	Divulgar resultados de pesquisa em linguagem acessível para estudantes e moradores em geral	contribuir para a elevação do nível de conhecimento sobre a Amazônia	conscientização de pesquisadores; protocolo de divulgação de resultados de pesquisa definido	palestras proferidas; número de escolas e comunidades participantes	IPI/ SEDUC/ UFAM/ INPA/ UEA	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
						EN																			

Tabela 13. Subprograma de Divulgação

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)													
							1		2		3		4		5					
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2				
Elaborar materiais de divulgação interno e externo	elaboração de camisetas, bonés e folhetos explicativos sobre a reserva	divulgar a RDS Piagaçu-Purus entre os moradores locais e externamente	financiamento	materiais elaborados e distribuídos dentro e fora da reserva	IPi, CEUC	Manaus														

versão para consulta pública

#### 16.4 Programa de Manejo do Meio Ambiente

Tem como objetivo estabelecer mecanismos de proteção dos recursos naturais que são utilizados. As atividades são orientadas às práticas sustentáveis que deverão ser adotadas por todos os moradores e usuários.

##### 16.4.1 Subprograma de Manejo dos Recursos

As atividades previstas quanto ao manejo de recursos na RDS-PP são voltadas àqueles de uso tradicional como os recursos pesqueiros, incluindo também os praticados de forma ilegal como caça de jacaré e extração ilegal da madeira (Tabela 14).

##### 16.4.2 Subprograma de Proteção

Visa o desenvolvimento do plano de fiscalização da RDS-PP bem como proteção dos recursos naturais de uso tradicional (Tabela 15).

Tabela 14. Subprograma de Manejo dos Recursos

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																
							1		2		3		4		5								
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2							
Manejo de Crocodilianos	Consolidar zoneamento específico para crocodilianos no norte da RDS-PP		Integração contínua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação.	Relatórios técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	CC																	
						IT																	
						AY																	
Manejo de Crocodilianos	Estimar as cotas de extração baseadas nos resultados das pesquisas e monitoramento comunitários		Integração contínua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação	Relatórios técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	CC																	
						IT																	
Manejo de	Elaborar um plano de		Integração	Relatórios	IPI, UFAM, INPA,	CC																	

Crocodilianos	negocio para os produtos oriundos do manejo legalizado de jacarés		continua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação	técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados	SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	IT															
Manejo de Crocodilianos	Elaborar cadeia produtiva		Integração continua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação	Relatórios técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	CC															
						IT															
Manejo de Crocodilianos	Capacitação de agentes locais as novas técnicas de manejo		integração continua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação	Relatórios técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	CC															
						IT															
						EN (Paricatuba)															

				reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados																		
Manejo de Crocodilianos	Iniciar discussões sobre zoneamento nos setores sul da RDS-PP		integração continua com outros sub-programas; colaboração com outras instituições; financiamentos para extensão e capacitação	Relatórios técnico-científicos anuais; licenças de abate; cadeia produtiva eficiente; associações de moradores reforçadas e com retorno econômico; agentes locais capacitados	IPI, UFAM, INPA, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, SEBRAE, WCS, IDSM, Associação de moradores, Prefeituras	JA																
						PJ																
						ST																
Manejo dos recursos pesqueiros	incentivo e organização dos pescadores das comunidades ribeirinhas para a maior participação na exploração dos estoques de peixes migradores	sensibilizar e verificar o interesse das comunidades ao projeto; estudar viabilidade do projeto; conhecer a demanda por capacitação na pesca de peixes migradores; garantir apoio à atividade, aparelhagem e transporte de pescado; inserir nova categoria de usuário nas regras da reserva; discussão com usuários para inclusão de novas regras de uso visando a adequação da nova	recursos disponíveis; manifestação de interesse por parte das comunidades ribeirinhas; plano de negócios	relatórios técnicos; atas de reuniões; projeto e plano de negócios	IPI e CEUC	AY																
						UA																
						JA																



		atividade nas regras regulamentação da atividade;																									
Manejo dos recursos pesqueiros	implantação do manejo do tambaqui	comercializar legalmente o tambaqui	recursos disponíveis; estoque pesqueiro suficiente; manifestação de interesse por parte das comunidades ribeirinhas; plano de negócios	Relatórios técnicos; publicações científicas; material de divulgação; Oficinas com grupos de manejadores	IPI e CEUC	CC																					
						IT																					
						AY																					
						UA																					
						JA																					
						PJ																					
						ST																					
EN (Paricatuba)																											
Manejo dos recursos pesqueiros - peixes ornamentais	Elaboração de um Plano de Manejo para a exploração de peixes ornamentais e capacitação dos pescadores	Plano de manejo elaborado; 100% dos pescadores de peixes ornamentais capacitados	Recursos financeiros disponíveis; levantamentos realizados; estudos de viabilidade realizados; protocolos desenvolvidos; capacitações realizadas	Relatórios técnicos; publicações científicas; material de divulgação; Oficinas com grupos de manejadores	IPI, INPA, CEUC/SDS; UFAM,	AY																					
						UA																					
						JA																					
						EN (Paricatuba e Chaviana)																					
Manejo dos recursos pesqueiros - aruanã	Realização e avaliação de experimento piloto de exploração de aruanãs para fim ornamental e comestível para elaboração de protocolo	monitorar os impactos de cada atividade de exploração; entrega de um protocolo de manejo para a espécie após o oitavo semestre de aprovação do plano	recursos	relatórios técnicos; protocolo de manejo para a espécie	IPI	CC																					
						IT																					
						AY																					
						EN																					
Manejo dos	Desenvolver ações de	maior envolvimento da	mapa com locais	atas de reuniões	IPI e CEUC	UA																					

recursos pesqueiros - pirarucu	sensibilização, mobilização e capacitação sobre manejo de pirarucu	comunidade no processo de manejo do pirarucu	mais indicados ao manejo	e relatórios de oficinas		JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN (Paricatuba)																				
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	sensibilização, mobilização e capacitação de pescadores para o manejo	comunidades capacitadas e com autonomia para a realização das contagens	Pescadores capacitados e certificados pelo IDSM	Numero de lagos amostrados	IPI, CEUC e IDSM	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
EN (Paricatuba)																										
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	Realizar levantamentos sobre o status populacional do pirarucu, baseado em técnica de contagem visual e auditiva	estimativas de densidade populacional nas áreas pretendidas para o manejo	Pescadores capacitados e certificados pelo IDSM	Numero de lagos amostrados	IPI e CEUC	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
EN (Paricatuba)																										
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	avaliação da evolução das contagens e da proteção do zoneamento	avaliar efetividade do zoneamento e proteção e a possibilidade de realização do manejo	relatórios de contagem e relatórios operacionais de proteção	relatórios técnicos	IPI e CEUC	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				

						PJ																	
						ST																	
						EN (Paricatuba)																	
						CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
						EN (Paricatuba)																	
						CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
						EN (Paricatuba)																	
						CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	elaboração do projeto para solicitar a cota e envio do projeto para CEUC e IBAMA	obtenção de autorização de cotas de captura e autorização do CEUC e IBAMA	avaliação da efetividade do zoneamento e proteção; parecer favorável para a pesca	projetos enviados e protocolados	IPI																		
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	reunião de planejamento da pesca, abate, comercialização e monitoramento	planejamento de captura, abate e comercialização	parecer favorável e emissão de autorização para a pesca pelo IBAMA	atas de reuniões e relatórios de oficinas	IPI e CEUC																		
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	pesca, abate e comercialização	comercializar o produto	Autorização do CEUC/IBAMA e planejamento de captura, abate e comercialização	número de pescadores envolvidos, número de peixes abatidos e renda obtida	IPI, CEUC e comunidades envolvidas																		

						ST																		
						EN (Paricatuba)																		
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	acompanhamento da comercialização	caracterizar a estrutura e meios de comercialização da produção	comercialização da produção	relatórios técnicos	IPI, CEUC e comunidades envolvidas	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN (Paricatuba)																		
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	reunião técnica do manejo	conhecer as dificuldades na cadeia de produção e no manejo da espécie e as oportunidades e fortalezas atreladas ao manejo	relatórios da estatística da produção, da comercialização e da proteção das áreas manejadas	relatórios técnicos	IPI e CEUC	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
EN																								
Manejo dos recursos pesqueiros - pirarucu	devolução de dados e avaliação conjunta com pescadores e comunidade	correção dos problemas identificados nas etapas da cadeia de produção do pirarucu	conhecer as dificuldades na cadeia de produção e no manejo da espécie e as oportunidades e fortalezas atreladas ao manejo	atas e relatórios de oficinas	IPI e CEUC	Manaus																		
Manejo de	Construção de	construção de todos os	Capacitação	número de	ADS / IDAM	CC																		

recursos não madeireiros	viveiros para produção de mudas e/ou banco de sementes para enriquecimento de roçados e repovoamento florestal E Diminuição de impactos causados por uso descontrolado	viveiros ate o quinto ano no plano de gestão	comunitária; estabelecimento de áreas de plantio; escolha de espécies nativas	mudas produzidas		IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
Manejo de recursos não madeireiros	Controle de espécies consideradas nocivas à agricultura a partir de incentivo a práticas naturais de controle de pragas.	substituição do uso de agrotóxico por controles naturais e eficientes	capacitação comunitária	redução da incidência de pragas	CEUC/ ADS/ CDH/ Embrapa	ST																		
						CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
Manejo de recursos não madeireiros	aproveitamento de resíduos de recursos florestais pela utilização de subprodutos como artesanato ou carvão (ouriços)		capacitação comunitária (curso de artesanatos); estudo prévio do plano de negócio	confecção de produtos artesanais	INPA/ SEBRAE	ST																		
						EN																		
						IT																		
						AY																		
Manejo de recursos florestais madeireiros	Elaboração de planos pilotos de manejo florestal madeireiro em áreas alagáveis e de terra firme		licenciamento de órgão fiscalizador (IBAMA); capacitação comunitária CDRU liberado	Plano de manejo florestal comunitário	CEUC/ SEAFE / ADS / ITEAM /IPAAM	UA																		
						JA																		
						IT																		
						AY																		

Manejo de recursos florestais madeireiros	aproveitamento de resíduos da madeira					CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		
Manejo de recursos florestais madeireiros	beneficiamento da madeira					CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		
Manejo de recursos florestais madeireiros	melhor aproveitamento da madeira (artesanato)					CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		
	Incentivo ao plantio do açaí					CC																		
						IT																		
						AY																		

						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													

versão para consulta pública

Tabela 15. Subprograma de Proteção

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																		
							1		2		3		4		5										
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2									
Proteção de Crocodilianos	Elaborar cronograma das atividades		Organização comunitária; integração com outros sub-programas; colaboração entre instituições; financiamentos para capacitação e fiscalização	Diminuição do comércio ilegal de jacarés; extensão do programa de manejo no sul e na área do entorno; participação integradas das comunidades na fiscalização e proteção da região	Ipi, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR / IDAM, Associação de moradores, Prefeituras	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
EN																									
Proteção de Crocodilianos	Integrar participantes do monitoramento e manejo de crocodilianos com cursos e oficinas sobre fiscalização		Organização comunitária; integração com outros sub-programas; colaboração entre instituições; financiamentos para capacitação e fiscalização	Diminuição do comércio ilegal de jacarés; extensão do programa de manejo no sul e na área do entorno; participação integradas das comunidades na fiscalização e proteção da região	Ipi, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio, IPAAM, SEPROR/IDAM, Associação de moradores, Prefeituras	CC																			
						IT																			
						EN (Paricatuba)																			
Proteção de Crocodilianos	Participação direta na fiscalização da RDS-PP		Organização comunitária;	Diminuição do comércio ilegal de	Ipi, SDS/CEUC, IBAMA, ICMBio,	CC																			
						IT																			



			integração com outros sub-programas; colaboração entre instituições; financiamentos para capacitação e fiscalização	jacarés; extensão do programa de manejo no sul e na área do entorno; participação integradas das comunidades na fiscalização e proteção da região	IPAAM, SEPROR / IDAM, Associação de moradores, Prefeituras	AY UA JA PJ ST EN (Paricatuba)					
Proteção de Caça cinegética	Fiscalização em barcos recreios, barcos de pesca, e demais embarcações que trafegam pelo rio Purus (principal rota de escoamento).		Plano de fiscalização elaborado e mobilização com órgãos fiscalizadores	Apreensões e multas	IPAAM / IBAMA	CC IT AY UA JA PJ ST EN					
Proteção de Caça cinegética	Fiscalização nas comunidades por Agentes Ambientais Voluntários		Financiamento e treinamento de fiscais comunitários	Apreensões e multas	Moradores RDS-PP/ IPAAM / IBAMA / CEUC	CC IT AY UA JA PJ ST EN					
Proteção de Caça cinegética	Fiscalização da caça ilegal (comercial e amadora)		Plano de fiscalização elaborado e mobilização com órgãos fiscalizadores	Apreensões e multas	IPAAM / IBAMA	CC IT AY UA					

						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		
Proteção dos recursos pesqueiros - peixes ornamentais	Combate a exploração ilegal de peixes ornamentais através de fiscalização sistemática dos recreios e compradores em locais alternados ( dentro da RDS-PP , calha do Purus) e feiras municipais;	Coibir ação de exploração ilegal de peixes ornamentais na área da UC	Recursos financeiros; articulação institucional	Relatórios técnicos	IPAAM, IBAMA, PF	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		
Proteção dos recursos pesqueiros - peixes ornamentais	Combate a exploração ilegal de peixes ornamentais através de desenvolvimento de métodos de controle comunitário efetivo contra a extração ilegal, por membros da comunidade e por agentes externos	Coibir ação de exploração ilegal de peixes ornamentais na área da UC	Recursos financeiros; articulação institucional	Relatórios técnicos	Associações e Agentes Ambientais Voluntários, CEUC	AY																		
						UA																		
						EN (Paricatuba e Chaviana)																		
Proteção dos recursos pesqueiros	Combate a exploração ilegal de recursos pesqueiros (peixes proibidos, abaixo do tamanho mínimo e no período de defeso) através da fiscalização de barcos recreios e compradores locais	Coibir ação de exploração ilegal de recursos pesqueiros na área da UC	Recursos financeiros; articulação institucional	Relatórios técnicos	IPAAM, IBAMA, PF, CEUC/AAV	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
ST																								

						EN (Paricatuba)														
						CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN (Paricatuba)														
Proteção dos recursos pesqueiros - pirarucu	Sensibilizar, capacitar e mobilizar moradores para auxiliarem na fiscalização dos lagos utilizados para manejo e no combate ao comércio ilegal do pirarucu	Coibir ação de exploração ilegal de recursos pesqueiros na área da UC	Recursos financeiros; articulação institucional	Relatórios técnicos;	IPL, CEUC/AVV															

Versão para consulta pública

## 16.5 Programa de Apoio às Comunidades

Visa ações relacionadas à promoção da capacitação comunitária e associativismo (Organização Social), o planejamento dos negócios ligados ao manejo dos recursos naturais (Geração de Renda) e discutindo ações amplas para melhoria dos indicadores sociais locais (Qualidade de Vida).

### 16.5.1 Subprograma de Apoio à Organização Social

Tem por objetivo promover a capacitação dos comunitários no desenvolvimento de atividades sócio-econômicas e no fortalecimento de suas instâncias representativas locais. O associativismo das diversas categorias é estimulado como forma de organização e participação na gestão, visando à melhoria na infra-estrutura e operacionalização das suas atividades (tabela 16).

### 16.5.2 Subprograma de Geração de Renda

Tem por objetivo a elaboração do planejamento dos diversos negócios ligados ao manejo tradicional dos recursos naturais, através do emprego de práticas sustentáveis (tabela 17).

### 16.5.3 Subprograma de Melhoria da Qualidade de Vida

Tem por objetivo tratar junto às populações residentes temas amplos relacionados aos indicadores sociais como, educação, infra-estrutura e saúde, suas soluções numa escala local e as formas de encaminhar reivindicações às esferas administrativas superiores. (tabela 18).

Tabela 16. Subprograma de Apoio à Organização Social

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																		
							1		2		3		4		5										
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2									
Capacitação dos pescadores ribeirinho	realizar oficinas de capacitação aos pescadores da reserva	Capacitar pescadores em manejo dos recursos pesqueiros, documentação; legislação de pesca, tecnologia do pescado, e assuntos afins	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	relatórios técnicos;	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Capacitação dos pescadores de peixes ornamentais ribeirinho	Consolidação e expansão de grupos de manejadores de peixes ornamentais; Capacitações voltadas ao associativismo e cooperativismo; Capacitações para administração, contabilidade e comercialização	Consolidação e expansão de grupos de manejadores de peixes ornamentais realizada	Articulações institucionais; financiamentos	Grupos de Manejadores formados; capacitações realizadas	IPI, INPA, CEUC/SDS; UFAM, Associações e pescadores locais	EN (Paricatuba)																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
Capacitação comunitária	realizar oficinas de capacitação aos pescadores da reserva	Capacitar pescadores em manejo dos recursos pesqueiros, documentação;	financiamento para as capacitações e pagamento de	relatórios técnicos;	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA,	EN (Paricatuba)																			
						CC																			
						IT																			
						AY																			

		legislação de pesca, tecnologia do pescado, e assuntos afins	pessoal qualificado; custeios dos cursos; articulação institucional		UFAM, INPA, Rede Solidária da Pesca	UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN (Paricatuba)														
						CC														
Capacitação comunitária	Treinamento de comunitários para boas práticas de produtos não-madeireiros	Capacitar comunitários em manejo dos não madeireiros, documentação; legislação e assuntos afins	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	Grupos de Manejadores formados; capacitações realizadas	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN														
Capacitação comunitária	Treinamento de comunitários para construção de viveiros de mudas de espécies nativas	Capacitar comunitários em manejo dos não madeireiros, documentação; legislação e assuntos afins	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	Grupos de Manejadores formados; capacitações realizadas	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN														
Capacitação comunitária	curso em capacitação em beneficiamento do cipo (artesanato)	Capacitar comunitários em manejo dos não madeireiros, documentação; legislação e assuntos	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado;	Grupos de Manejadores formados; capacitações realizadas	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														

		afins	articulação institucional			PJ																	
Capacitação comunitária	cursos de capacitação de agente de saúde	Aumentar número de agentes de saúde atuantes nas comunidades	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	Grupos formados; capacitações realizadas	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	EN																	
						CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
						EN																	
Capacitação comunitária	curso de associativismo e cooperativismo	Aumentar o número de associações comunitárias formadas na RDS-PP	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	Grupos formados; capacitações realizadas; n. de associações registradas	IPI, CEUC, UFAM, INPA	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
						EN																	
Planejamento familiar	orientação no planejamento familiar	Disponibilizar acesso as práticas de planejamento familiar aos comunitários da RDS-PP	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	numero de famílias participantes dos cursos	IPI, CEUC, UFAM, INPA	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
EN																							

Associativismo	apoio a regularização das associações	Regularizar a operacionalização das associações da RDS-PP	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	numero de associações legalizadas	IPI, CEUC, UFAM	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Associativismo para mulheres	criação da associação mãe da RDS-PP	Apoiar organizações femininas da RDS-PP	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	Associação criada	IPI, CEUC, UFAM	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Infra-estrutura	apoio logístico aos Agentes Ambientais Voluntários e colaboradores para a realização dos trabalhos na comunidades e vigilância das áreas	Viabilizar melhor operacionalização do trabalho dos agentes ambientais voluntários	articulação institucional	Aumento do número de atuações dos agentes ambientais atuantes nas comunidades	IPI, CEUC, IBAMA, ICMBio, MPA, UFAM, INPA	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
EN																									



Tabela 17. Subprograma de Geração de Renda

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																
							1		2		3		4		5								
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2							
Manejo de recursos pesqueiros - peixes ornamentais	implementar o manejo de peixes ornamentais	aumentar a renda das famílias através do manejo de peixes ornamentais; mapear a cadeia produtiva; realizar o plano de negócios; comercializar o produtos; dividir o lucro justamente entre o comunitários	Articulações institucionais; Financiamentos	Relatórios técnicos; publicações científicas; material de divulgação	IPI; INPA; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ICMBio; IBAMA; GTZ, ADS	IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						EN (Paricatuba)																	
Manejo de recursos pesqueiros - pirarucu	implementar o manejo dos pirarucu nos setores da reserva;	aumentar a renda das famílias através do manejo do pirarucu; mapear a cadeia produtiva; realizar o plano de negócios; comercializar o produtos; dividir o lucro justamente entre o comunitários	desenvolvimento das etapas do manejo do pirarucu; articulação institucional; financiamento	monitoramento da renda advinda do manejo do pirarucu	IPI; INPA; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ICMBio; IBAMA; GTZ, ADS	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
EN																							
Manejo de recursos pesqueiros	aquisição de uma unidade de beneficiamento de pescado	aumentar a renda das famílias através do manejo da pesca;	Articulações institucionais; Financiamentos	Estabelecimento de parcerias para	IPI; INPA; CEUC; SEBRAE;	CC																	
						IT																	
						AY																	

		mapear a cadeia produtiva; realizar o plano de negócios; comercializar o produtos; dividir o lucro justamente entre o comunitários		beneficiamento da produção	Ministério da Pesca; ICMBio; IBAMA; GTZ, ADS	UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Manejo de recursos pesqueiros	barco frigorífico para o transporte de pescado	aumentar a renda das famílias através do manejo da pesca; mapear a cadeia produtiva; realizar o plano de negócios; comercializar o produtos; dividir o lucro justamente entre o comunitários	Articulações institucionais; Financiamentos	Estabelecimento de parcerias para escoamento de produção	Ministério da Pesca; IPI; INPA; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ICMBio; IBAMA; GTZ, ADS	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Manejo de recursos florestais não-madeireiros (diversos)	Busca por mercado e elaboração do plano de negócios para outros produtos com estoque potencial, como o breu, a andiroba, a sorva, a copaíba e a castanha-de-cutia	Capacitação em práticas sustentáveis de beneficiamento	Capacitação em práticas sustentáveis de beneficiamento	Estabelecimento de parcerias para escoamento de produção	ADS/ IDAM	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Manejo de recursos florestais não-madeireiros (castanha)	Aprimoramento da qualidade da castanha-do-Brasil e geração diferencial de valorização em relação à produção não manejada	Exploração sustentável do recurso	Capacitação em práticas sustentáveis de beneficiamento	treinamento de boas práticas de manuseio e estocagem de castanha	ADS/ IDAM	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				

						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Manejo de recursos florestais não-madeireiros (abelhas nativas)	Incentivo à meliponicultura	Exploração sustentável do recurso	Capacitação dos comunitários; formação de associações comunitárias; plano de negócios elaborado	Número de comunidades produtoras de mel	ADS/IDAM	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Manejo de recursos florestais madeireiros (madeira morta)	Aproveitamento de árvores caídas e utilização de resíduos da extração e beneficiamento da madeira	Manejo comunitário da madeira morta	licenciamento de órgão fiscalizador (IBAMA); Capacitação em beneficiamento da madeira: marcenaria, movelaria e artesanato	Articulações institucionais; Financiamentos	ADS/CDH/CEUC	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Estudo e Elaboração do Plano de Negócio da RDS-PP	Planejamento de valorização e mercado dos produtos com potencial de comércio na RDS-PP	Aumento da renda comunitária e diminuição da pressão de exploração dos recursos agregando valor para conservação aos produtos da RDS-PP	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	Articulações institucionais; Financiamentos	IPI; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ADS	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				

Manejo de recursos florestais não-madeireiros (Açaí)	Fomentar o plantio e a comercialização do açaí manejado	Estabelecer a cadeia produtiva do açaí na RDS-PP	Articulações institucionais; Financiamentos	financiamento para as capacitações e pagamento de pessoal qualificado; articulação institucional	IPI; CEUC; SEBRAE; ADS	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				
Escoamento da produção nas comunidades	Viabilizar para cada comunidade transporte fluvial dos produtos produzidos na RDS-PP	Eliminação dos atravessadores no comércio dos produtos das comunidades da RDS-PP	Articulações institucionais; Financiamentos	Número de comunidades com barcos de uso comum	IPI; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ADS	CC																				
						IT																				
						AY																				
						UA																				
						JA																				
						PJ																				
						ST																				
						EN																				

Tabela 18. Subprograma de Melhoria da Qualidade de Vida

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)															
							1		2		3		4		5							
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2						
Manejo dos recursos pesqueiros	implementar manejos do pirarucu, peixes ornamentais	aumentar a renda familiar com o desenvolvimento de manejos	financiamento, organização comunitária; abundância de recursos pesqueiros; regulamentação; conclusão de todas as etapas do manejo de forma correta	monitoramento sócio-econômico	IPI; INPA; CEUC; SEBRAE; Ministério da Pesca; ICMBio; IBAMA; ADS; SEPROR	CC																
						IT																
						AY																
						UA																
						JA																
						PJ																
						ST																
						EN (Paricatuba)																
Saúde	promover campanhas de vacinação para crianças e idosos	controle de doenças endêmicas (malária, hepatite A e febre amarela)	formação de mais agentes de saúde	monitoramento sócio-econômico	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de saúde/ Secretarias Municipais	CC																
						IT																
						AY																
						UA																
						JA																
						PJ																
						ST																
						EN																
Saúde	1) Realizar acompanhamento anual do índice de crescimento corporal das criança e combate à desnutrição 2) Desenvolver Programa de planejamento familiar junto às	controle de doenças e da mortalidade infantil	formação de mais agentes de saúde	monitoramento sócio-econômico	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de saúde/ Secretarias	CC																
						IT																
						AY																
						UA																
						JA																

	famílias; 3) Realizar campanhas de prevenção e controle de DSTs;				Municipais	PJ													
						ST													
						EN													
						CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
						CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
						CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													

Saúde	programa de saúde da mulher	garantir as comunitárias da RDS-PP mínimo de uma consulta anual com médico especialista em saúde da mulher	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de saúde/ Secretarias Municipais	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Saúde	melhoria das condições sanitárias básicas nas moradias	construção de fossas sépticas	Capacitação comunitária para construção e manutenção	Articulações institucionais; Financiamentos	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de saúde/ Secretarias Municipais; CEUC	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Saúde	saúde bucal	garantir acesso dos comunitários a consulta anual odontológica	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de saúde/ Secretarias Municipais	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
Saúde	programa de reciclagem e controle do lixo nas comunidades	gerar fonte de renda com matéria prima descartada e melhorar o destino	Capacitação comunitária para transformação de material e sobre	Articulações institucionais; Financiamentos	Funasa/ INPA/ Secretaria Nacional de	CC																			
						IT																			
						AY																			

		dos resíduos nas localidades	práticas de destinação de resíduos		saúde/ Secretarias Municipais	UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN														
Educação	melhoria na infra-estrutura das escolas (construção)	Reforma e construção das sedes escolares	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN														
Educação	ensino médio nas comunidades	Ampliação da escolaridade abrangida pelas escolas comunitárias	Articulações institucionais; Financiamentos; contratação de mais professores	monitoramento sócio-econômico	Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														
						ST														
						EN														
Educação	alfabetização de jovens e adultos	Ampliação dos cursos oferecidos pelas escolas comunitárias	Articulações institucionais; Financiamentos; contratação de mais professores	monitoramento sócio-econômico	Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC														
						IT														
						AY														
						UA														
						JA														
						PJ														



						ST													
						EN													
						CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
Educação	melhoria do transporte escolar	Acesso de todos alunos ao transporte escolar	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
Educação	capacitação de professores moradores das comunidades	Ampliação dos cursos oferecidos pelas escolas comunitárias	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
Infra-estrutura	implementação da luz elétrica nas comunidades	Todas comunidades da RDS-PP com acesso a energia elétrica	Articulações institucionais; Financiamentos	monitoramento sócio-econômico	Governo Federal (programa Luz para Todos); Governo Estadual; Secretarias Municipais	CC													
						IT													
						AY													
						UA													
						JA													
						PJ													
						ST													
						EN													
Infra-estrutura	melhoria nos meios de	Todas comunidades	Articulações	monitoramento	Governo	CC													

	comunicação nas comunidades (telefones e sistemas de rádio, internet, torre de celular)	da RDS-PP com telefones públicos funcionais	institucionais; Financiamentos; Capacitação comunitária na manutenção dos equipamentos de comunicação disponíveis	sócio-econômico	Federal ; Governo Estadual; Prefeituras Municipais, CEUC	IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
						EN																			

versão para consulta pública

## 16.6 Programa de Operacionalização

Visa ações relacionadas à resolução da propriedade dos imóveis da unidade (Regularização Fundiária), a operacionalização do planejamento da gestão (Administração e Manutenção), toda a logística necessária (Infra-Estrutura e Equipamentos) e a formação de parcerias Institucionais (Cooperação e Articulação Institucional).

### 16.6.1 Subprograma de Regularização Fundiária

Tem por objetivo identificar a propriedade dos imóveis que compõem a unidade, gerando o mapa fundiário definitivo da RDS-PP, viabilizando a Concessão Direito Real de Uso (CDRU) para as comunidades, o cadastro das propriedades privadas e a resolução dos conflitos fundiários (Tabela 19).

### 16.6.2 Subprograma de Administração e Manutenção

Tem por objetivo viabilizar a operacionalização do planejamento de gestão da unidade, respondendo pela contratação de pessoal qualificado para na RDS-PP e pela manutenção dos materiais dos escritórios e bases de apoio. (Tabela 20).

### 16.6.3 Subprograma de Infra-Estrutura e Equipamentos

Tem por objetivo promover o funcionamento da unidade, fornecendo logística adequada (bases, transporte, comunicação, pessoal qualificado) para a gestão ser operacionalizada em toda área da RDS-PP (Tabela 21).

### 16.6.4 Subprograma de Cooperação e Articulação Institucional

Tem por objetivo oportunizar parcerias técnicas e financeiras Institucionais para fortalecer o desenvolvimento das atividades previstas na gestão da RDS-PP (Tabela 22).

Tabela 19. Subprograma de Regularização Fundiária

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																	
							1		2		3		4		5									
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2								
Mapa fundiário definitivo da RDS-PP	Levantar informação sobre propriedade da terra na RDS-PP	Identificar a propriedade dos imóveis que compõem a unidade	Estudo fundiário da documentação e mapeamento das áreas das comunidades	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	INCRA, ITEAM, CEUC, IPI	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
Concessão Direito Real de Uso (CDRU) para as comunidades RDS-PP	Capacitar comunidades para aquisição do CDRU	Definição legal das áreas de uso comunitárias	Levantar informação sobre propriedade da terra na RDS-PP	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	INCRA, ITEAM, CEUC, IPI	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
Cadastro das propriedades privadas na RDS-PP	Mapeamento áreas privadas, identificação dos proprietários e adequação ao Plano de Gestão	Envolvimento dos proprietário privados nas ações de gestão	Levantar informação sobre propriedade da terra na RDS-PP	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	INCRA, ITEAM, CEUC, IPI	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						PJ																		

						ST																		
						EN																		
Resolução dos conflitos fundiários existentes	Acordar regras de uso entre proprietários e usuários	Assegurar direito ao uso da terra aos de acordo com o PG RDS-PP	Mapeamento áreas privadas, identificação dos proprietários e adequação ao Plano de Gestão	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	INCRA, ITEAM, CEUC, IPI	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
						EN																		

Tabela 20. Subprograma de Administração e Manutenção

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																
							1		2		3		4		5								
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2							
Pessoal qualificado atuando nas bases RDS-PP	Contratação de pessoal qualificado	Equipe ampliada em 100% em 5 anos	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	CEUC/IPi	CC																	
						IT																	
						AY																	
						UA																	
						JA																	
						PJ																	
						ST																	
EN																							

Manutenção dos equipamentos, escritórios e bases de apoio	Monitoramento e reposição dos equipamentos e do material das bases	Possuir bases flutuantes operacionais em todos os setores da RDS-PP	Contratação de pessoal qualificado	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	CEUC/IPi	CC																			
						IT																			
						AY																			
						UA																			
						JA																			
						PJ																			
						ST																			
						EN																			

Tabela 21. Subprograma de Infra-Estrutura e Equipamentos

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)																	
							1		2		3		4		5									
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2								
Instalação de rede de rádio amador cobrindo toda RDS-PP	Distribuição dos rádios dentro da área da RDS-PP	Rápida comunicação em toda área da RDS-PP e desta com a gestão (Manaus)	Identificação dos locais estratégicos para recebimento da rede	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	CEUC/IPi	CC																		
						IT																		
						AY																		
						UA																		
						JA																		
						PJ																		
						ST																		
Ampliação e equipagem das	Construção de 5 bases flutuantes dotadas de	Possuir bases flutuantes	Identificação dos locais estratégicos	Planejamento e cronograma	CEUC/IPi/Financiadores	CC																		
						IT																		

bases flutuantes na RDS-PP	equipamento de transporte, comunicação e pessoal qualificado	operacionais em todos os setores da RDS-PP	para recebimento das bases	fisico-financeiro aprovado	AY																			
					UA																			
					JA																			
					PJ																			
					ST																			
					EN																			

versão para consulta pública

Tabela 22. Subprograma de Cooperação e Articulação Institucional

Ação	Atividades	Meta	Pré-requisitos	Meios de verificação	Instituição	Setor	Período de execução (Ano/Semestre)													
							1		2		3		4		5					
							1	2	1	2	1	2	1	2	1	2				
Comprometimento institucional para o desenvolvimento das atividades propostas para a RDS-PP	Realização de Workshop de Articulação institucional	Convênios e cooperações técnicas realizados entre as instituições no primeiro semestre após a aprovação do plano	Identificação e convite de todas instituições importantes para a gestão da RDS-PP	Representatividade da institucional do evento; Acordos legalmente oficializados	CEUC/IPi/ IBAMA/ ICMBio/ ADS/ IDAM/ CDH/INPA/ UFAM/ UEA/FAPEAM/ IPAAM/ITEAM/ INCRA / WCS/ SEIND/ FUNAI	Manaus														
Zoneamento - Reuniões setoriais	Articulação com Instituições para a realização do segundo ciclo de reuniões setoriais	instituições convidadas	Planejamento e cronograma físico-financeiro aprovado	Acordos legalmente oficializados	CEUC/IPi/FUNAI/ICMBio	Manaus														
Convênio de co-gestão da RDS-PP	elaboração de convênios entre instituições gestora e co-gestora	Convênios e cooperações técnicas realizados entre as instituições no primeiro trimestre após a aprovação do plano	Expressão da vontade política institucionais	Termos de cooperação técnica legalmente oficializados	CEUC/ instituição co-gestora	Manaus														
Envolvimento com escolas locais para	capacitar professores para	formar agentes multiplicadores e	articulação com	relatórios técnicos;	Prefeituras; CEUC/ AVV / IPI	CC														
						IT														



ensino dos objetivos das reservas de desenvolvimento sustentável	ministrarem aulas sobre os objetivos das reservas de desenvolvimento sustentável	sensibilizar os moradores	prefeituras e escolas			AY		
						UA		
						JA		
						PJ		
						ST		
						EN		

Versão para consulta pública

## **17. Sistema de Monitoramento e Avaliação**

A avaliação e o monitoramento das atividades previstas nesse plano serão realizados a cada três anos a contar da aprovação do plano pelo seu Conselho Deliberativo. Cabe ao órgão gestor a responsabilidade da avaliação.

## **18. Cronograma de implementação dos Programas de gestão**

Os Programas de Gestão aqui listados estão sendo previsto para um período de cinco anos com avaliação a ser realizada a cada 3 anos. As atividades estão sendo revistas por semestre para melhor acompanhamento do seu andamento o que permitirá ajustes contínuos no processo de execução das atividades. Nas tabelas para cada programa é possível ver as previsões de execução de cada atividade propostas para cada setor das reserva.

## **19. Referência Bibliográfica:**

ALBERNAZ, A. L. K. M.; PRESSEY, R. L. ; RIDGES, Malcolm ; WATTS, Matthew . Planejamento sistemático para a conservação da várzea. In: Ana Luisa Albernaz. (Org.). Conservação da várzea: identificação e caracterização de regiões biogeográficas. Brasília: IBAMA/ProVárzea, 2007, v. , p. 327-347.

FORSBERG, B. R. Estudo Matriz para o Projeto PROVÁRZEA, IBAMA/DFID. 2000.

GORDO, M. Os anfíbios anuros do Baixo Rio Purus/Solimões. In: Cláudia Pereira de Deus; Ronis Da Silveira; Lúcia H. Rapp Py-Daniel. (Org.). Piagaçu-Purus: Bases científicas para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2003, v. , p. 243-256.

AMAZONAS, Governo do Estado. 2006. Roteiro para elaboração de planos de gestão para as Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas: Secretaria de Estado de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Manaus: SDS, 44p.

Versão para consulta pública

## ANEXOS - VOLUME II

### Planejamento e Programas de Gestão

#### **Anexo** 14. Definição da MISSÃO da RDS-PP, segundo os seus moradores

Missão da RDS:

**PRESERVAR:**

1 – “a natureza de forma que ela possa nos garantir os meios de sobrevivência, de melhoria de vida às populações tradicionais, isso incluindo a madeira, peixe, caça e aves”

2 – “a madeira, samaúma, louro-mandir, pirarucu fora da medida, jacaré ilegal, peixe-boi, tracajá não área comercial pato não área comercial, anta não área comercial, preservar o rio e não jogar o lixo, preservar a nossa comunidade cavando buraco para enterrar o lixo, tambaqui fora da medida”

3 - “peixe-boi, as aves pássaros, natureza, floresta, tracajá, capivara, boto-rosa, porco do mato, macacos de todas as espécies, lontra e ariranha, urubu, anta, paca, tamanduá, cutia, tatu, veado, onça maracajá, quatipuru, jabuti, lalá, mata-matá, onça da água, irara, mambira, mucura, alguns lagos e abelhas”

**PROTEGER:**

1 – “ meio ambiente, a floresta, a castanha, itaúba, a tartaruga, o tracajá, queixada, pato, jacaré,pirarucu, tambaqui, boto, peixe-boi, e proteger os lagos dos invasores, a água, evitar a poluição dos rios igarapés e afluentes, proteger as famílias”

2 – “ áreas de terra (desmatamento), peixe (pirarucu, tambaqui, peixe-boi, aruanã, peixe-liso, boto vermelho), as espécies com reprodução mais lenta e mais ameaçadas pela pesca. Bicho de casco (tracajá, iaça, tartaruga, cabeçudo, perema, mata-matá...), espécies mais perseguidas. Bichos de caça ( paca, porco, anta, veado, cutia, onça, tatu, barrigudo, guariba), capivara, pato. Preservar para o consumo. Problemas: perseguido para a venda. Rios, lagos, igarapés (água), importantes para os peixes, para o ser humano (beber, banho, lavar roupa, deslocamento), animais... Madeira de lei porque são muito perseguidas (itaúba, maçaranduba, seringa, castanheira, copaíba, andiroba, Angelim...). Algumas são também remédio alimento fonte de renda etc. Floresta (queimadas grandes). Direito dos moradores: direito de uso sustentável de recursos; direito aos serviços básicos (saúde, educação, esporte, telefone, comunicação...), dignidade”.

**GARANTIR:**

1 – “a preservação da natureza, uso dos recursos, meios de vida (costumes), segurança ( água, mata, pessoas), reprodução das espécies, educação, saúde, renda (comercialização e escoamento) infra-estrutura, conhecimento (pesquisa)”

2 – “alimentação de peixe, de caça, de madeira, para garantia de nossa renda, a garantia de pesca para a nossa renda, a garantia de preservação do meio ambiente, recursos para a agricultura, educação, saúde, recursos financeiros, assistência para a criação”

3 – “recursos para a comunidade, educação (crianças, jovens e adultos), saúde, comunicação nas comunidades, esporte e lazer, fiscalização ambiental, um bom funcionamento do conselho gestor, exploração do uso de recursos madeireiros e pesqueiros de forma sustentável, melhoria na qualidade de vida, infra-estrutura – transporte da produção, participação das instituições que estão no Conselho, apoio financeiro”

EVITAR:

1 – “invasão de pessoas de fora, capturar alguns peixes (peixe-bois, tambaquis e pirarucus), caça por pessoas de fora, agredir a natureza, desmatamento, queimada (destrói a floresta e prejudica clima), muita retirada de madeira. Soluções: conversar entre os comunitários, comunitários devem dar exemplo / tratar o plano de manejo, conscientização dos comunitários da reserva e entorno, educação ambiental (nas escolas)”

2 – “desmatamento, de pessoas de fora da RDS-PP vem explorar sem consentimento dos comunitários, conflito entre os moradores, pescar com timbó, evitar queimada, jogar lixo no rio.”

versão para consulta pública

Tabela 23. Marcos proposta de expansão RDS-PP

Marco	Longitude	Latitude	Marco	Longitude	Latitude	Marco	Longitude	Latitude
1	-61,73540	4,23693	22	-62,66462	4,28973	43	-61,88325	4,61096
2	-61,63950	4,20457	23	-62,68632	4,29985	44	-61,91364	4,63266
3	-61,64450	4,13345	24	-62,70513	4,28104	45	-61,94981	4,63121
4	-61,69080	4,05966	25	-62,70224	4,22895	46	-61,96428	4,67318
5	-61,76894	4,00901	26	-62,72829	4,21014	47	-62,00914	4,70646
6	-61,83116	4,01480	27	-62,75867	4,22751	48	-61,99756	4,78025
7	-61,91219	4,02782	28	-62,76591	4,24342	49	-61,96717	4,80051
8	-61,98164	3,99744	29	-62,80208	4,22461	50	-62,03952	4,83234
9	-62,11477	3,99888	30	-62,79919	4,25066	51	-62,09306	4,92784
10	-62,19290	4,00467	31	-62,83970	4,31432	52	-62,16252	4,94521
11	-62,26670	3,96994	32	-62,83826	4,38378	53	-62,20303	5,02769
12	-62,32603	3,99020	33	-62,89434	4,46311	54	-62,22184	5,01322
13	-62,40995	4,01335	34	-61,94086	4,40557	55	-62,28406	5,04216
14	-62,43600	4,00901	35	-61,88556	4,43978	56	-62,28840	5,06820
15	-62,48375	4,03795	36	-61,82418	4,44540	57	-62,33037	5,10727
16	-62,55610	4,01480	37	-61,78856	4,41307	58	-62,32024	5,18541
17	-62,55465	4,08136	38	-61,76741	4,43838	59	-62,34918	5,17094
18	-62,58504	4,13200	39	-61,81090	4,51690	60	-62,36509	5,17962
19	-62,62700	4,14358	40	-61,83260	4,55742	61	-62,34918	5,19264
20	-62,61398	4,20725	41	-61,89193	4,56031	62	-62,40112	5,24120
21	-62,61976	4,24053	42	-61,90351	4,58636	63	-62,68211	5,29785

Tabela 24. Marcos zona de amortecimento RDS-PP

Marco	Longitude	Latitude	Marco	Longitude	Latitude	Marco	Longitude	Latitude
1	-61,64220	-	32	-62,91495	4,37365	63	-62,29110	5,06479
2	-61,64720	-	33	-62,97138	4,40693	64	-62,28676	5,03874
3	-61,69350	-	34	-63,17830	4,67607	65	-62,22454	5,00980
4	-61,77164	-	35	-63,24341	4,69922	66	-62,20573	5,02427
5	-61,83386	-	36	-63,28103	4,73829	67	-62,16522	4,94179
6	-61,91489	-	37	-63,30853	4,79328	68	-62,09576	4,92443
7	-61,98434	-	38	-63,32155	4,84826	69	-62,04222	4,82893
8	-62,11747	-	39	-63,39969	4,92350	70	-61,96987	4,79710
9	-62,19560	-	40	-63,43731	5,05229	71	-62,00026	4,77684
10	-62,26940	-	41	-63,39969	5,15357	72	-62,01184	4,70304
11	-62,32873	-	42	-63,32010	5,19698	73	-61,96698	4,66976
12	-62,41265	-	43	-63,23039	5,14634	74	-61,95251	4,62780
13	-62,43870	-	44	-63,11174	5,11306	75	-61,91634	4,62925
14	-62,48645	-	45	-63,01768	5,02190	76	-61,88595	4,60754
15	-62,55880	-	46	-62,97717	5,11016	77	-61,90621	4,58294
16	-62,55735	-	47	-62,90337	5,21290	78	-61,89463	4,55690
17	-62,58774	-	48	-62,93810	5,34892	79	-61,83530	4,55400
18	-62,62970	-	49	-62,85562	5,42416	80	-61,81360	4,51349
19	-62,61668	-	50	-62,68034	5,38602	81	-61,76730	4,43824
20	-62,62246	-	51	-62,65864	5,40338	82	-61,68501	4,42719
21	-62,66732	-	52	-62,67745	5,42653	83	-61,65028	4,43876
22	-62,68902	-	53	-62,68468	5,45692	84	-61,63581	4,41995
23	-62,70784	-	54	-62,60944	-	85	-61,60832	-

		4,27763			5,48731			4,41995
24	-62,70494	-			-			-
		4,22554	55	-62,57327	5,37299	86	-61,59819	4,38523
25	-62,73099	-			-			-
		4,20673	56	-62,47198	5,21238	87	-61,55623	4,34182
26	-62,76137	-			-			-
		4,22409	57	-62,41989	5,25145	88	-61,56057	4,31432
27	-62,76861	-			-			-
		4,24001	58	-62,35188	5,18923	89	-61,54031	4,31432
28	-62,80478	-			-			-
		4,22120	59	-62,36779	5,17620	90	-61,50848	4,24053
29	-62,80189	-			-			-
		4,24724	60	-62,35188	5,16752	91	-61,53453	4,27815
30	-62,84240	-			-			-
		4,31091	61	-62,32294	5,18199	92	-61,56491	4,25066
		-			-			-
31	-62,84096	4,38036	62	-62,33307	5,10386			

Versão para consulta pública